

## **ACTA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010**

----- No dia dez do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia, Mário Fonseca e secretariada por Mário Sérgio Cunha e Maria de Lurdes Castro com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1 - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- 2 - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- 3 - Eleição do 1º Secretário da Mesa da Assembleia; -----

----- 4 - Aquisição de terrenos para o Parque Florestal em Vilar do Torno e Alentém; -----

----- 5 - Quarta Revisão ao Orçamento da Despesa e segunda ao Orçamento da Receita; -----

----- 6 - Documentos Previsionais para o ano de 2011; -----

----- 7 - Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2011; -----

----- 8 - Contratação de empréstimo a médio/longo Prazo até 1.429.456,39;

----- 9 - Apresentação das actividades realizadas ao longo do ano pelas comissões de acompanhamento eleitas pela Assembleia Municipal. -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma hora e trinta minutos tendo respondido à chamada: Joaquim Almeida Santos, Carlos Manuel Soares Nunes, Joaquim Cardoso, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada, Joaquim José da Silva Rocha, José Augusto Campos Barros, João Carlos Pinto Correia, Manuel Campos Neto, Alberto Oliveira, José Manuel Gonçalves, Maria de Lurdes Oliveira de Castro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Joaquim José Correia Bessa, Abílio António Ferreira Alves, Vanda Sofia de Oliveira Bragança, Elsa da Silva Duarte Marques, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, António Filipe Barbosa, Rui Filipe Ribeiro Magalhães, Branca Cecília de Sousa, Filipa Maria de Jesus Dias Ventuzelos, Francisco Xavier Teixeira Pires, José Moreira Morais, presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga, Manuel da Silva Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Francisco Manuel de Moura Mendes presidente da Junta Freguesia Barrosas Santo Estêvão, Dora Manuela Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim, António Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Eduardo António Taveira presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, João Luís Meireles presidente da Junta de Freguesia de Covas, Jorge Simão Teixeira presidente da Junta de Freguesia

de Cristelos, José Manuel Nogueira presidente da Junta de Freguesia de Figueiras, Antero Pinto Leal presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Manuel Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada São Miguel, Amâncio Augusto Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa, Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Luís Pacheco presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, Moisés Dias Ribeiro, presidente da Junta de Freguesia de Ordem, José Ribeiro da Silva presidente da Junta de Freguesia de Pias, Fausto Manuel, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Adrião Paulo Mendes, presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Carlos Manuel Fernandes presidente da Junta de Freguesia de Torno, António Joaquim Queirós, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém e Mário Fonseca, num total de quarenta e seis membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores Leonel Vieira, Pedro Machado, Cristina Moreira, Maria Cândida Barreira, Eduardo Vilar e Agostinho Gaspar. -----

----- O Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O senhor presidente da Assembleia começou por dar conhecimento da alteração na composição da Mesa, e informar que o membro Ana Raquel, primeira secretária da Mesa da Assembleia, renunciou ao mandato tendo sido instalado em sua substituição o senhor Joaquim da Silva Cardoso. Informou que o senhor Abílio António Ferreira Alves substituíu o membro José Bernardino Pinto Nogueira que comunicou uma ausência por trinta dias, que o senhor Manuel Campos de Sousa Neto substituíu o membro Maria Emilia Chamusca que comunicou uma ausência por trinta dias, que o senhor José Augusto Campos Barros substituíu o membro Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro que comunicou uma ausência por trinta dias e que a senhora Elsa da Silva Duarte Marques substituíu o membro Ana Margarida Morais da Silva Neto que comunicou uma ausência de dez dias. -----

----- De seguida foi posta à discussão e votação a acta da sessão ordinária de vinte e quatro de Setembro de dois mil e dez, que foi aprovada por quarenta e cinco votos e uma abstenção do seguinte membro: José Manuel Gonçalves -----

----- Intervenção do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «Neste momento e antes de passar período de intervenção dos grupos municipais

queria deixar aqui uma palavra da parte da Mesa e porventura de todos os membros desta Assembleia ao senhor Esteves, que hoje, ao contrário das outras vezes em que esteve na portaria, está connosco para se despedir, uma vez que já está a usufruir da sua merecida reforma. Queria agradecer-lhe em nome desta Assembleia, em nome da autarquia e em nome de Lousada tudo aquilo que fez para que este órgão funcionasse bem, pela sua pontualidade e pela sua dedicação de sempre. Estas minhas palavras são certamente as palavras de todos. Muito obrigado desde já e felicidades para a vida futura.”-----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- **PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Senhor presidente desta Assembleia, senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, presidentes de Junta, público e comunicação social. Esta minha intervenção prende-se com a gestão das autarquias que provém do orçamento de estado para dois mil e onze ou PEC III, a que eu chamo, e não só, muita gente, “plano de empobrecimento continuado do governo”, com a anuência do segundo partido mais votado. Este orçamento de estado, não sendo somente um ataque brutal aos trabalhadores e às populações mais desfavorecidas, é também um ataque ao poder local. As gestões autárquicas estão assim confrontadas com limitações à gestão de pessoal que representa um ataque ao direito dos trabalhadores, estando assim proibidas novas contratações, que só se podem efectuar em casos excepcionais. São impostos limites às horas extraordinárias, a legislação dificulta haver progressões e facilita a precariedade e a desvalorização do trabalho. É ainda imposto o limite de endividamento zero, com excepção das obras financiadas pelo QREN. A somar a tudo isto ainda temos o aumento do IVA e consequente inflação. Assim a CDU-Lousada concluiu que esta situação de crise e o Orçamento de Estado para dois mil e onze que exceptua os bancos e os capitalistas financeiros, impõem uma recessão económica, um empobrecimento e uma situação social muito grave, que penaliza não só os lousadenses mas todo o país.» -----

----- Intervenção da Sr.<sup>a</sup> Branca de Sousa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Os meus cumprimentos ao senhor presidente da Assembleia, senhores secretários, senhor presidente, senhores vereadores e vereadores, senhores deputados, senhoras deputadas e restante público. Na Assembleia ordinária de vinte e sete de



tem de meter a mão na própria consciência.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”  
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente, lamento imenso ouvir os termos com que prestou este esclarecimento à Assembleia. Lamento porque são ofensivos e são ofensivos também, inclusivamente para o senhor que enquanto presidente desta Assembleia que também tem responsabilidades, direi até, acrescidas a qualquer um de nós de colocar esta Assembleia a funcionar como deve, e a permitir os meios e os mecanismos ao serviço desta Assembleia que facilitem efectivamente a constituição das comissões. Lamento que quando fale em falta de capacidade não se reveja também nessas palavras. Lamento, porque não é uma atitude correcta acusar os elementos, inclusivamente de bancada a bancada, porque há efectivamente comissões que nunca reuniram. Portanto essa acusação é o senhor colocar-se no seu posto de presidente da Assembleia, vocês são os incompetentes, são incapacitados para se constituírem, quando na verdade também devia fazer uma reflexão e perceber que se durante um ano as comissões não se constituíam, o que é que eu posso fazer para que elas se tornem regulares e funcionais.» -----

----- Esclarecimento da Mesa da Assembleia Municipal: «Continuo a dizer a mesma coisa, se há comissões que funcionaram se as outras não funcionaram é culpa de quem? O que é que eu tenho a ver com isto. Isto não é uma coisa nova e não tem lógica nenhuma.» -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia, senhor secretário, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, excelentíssima Assembleia Municipal, excelentíssimo público, senhores representantes da comunicação social. Antes de mais queria introduzir um pequeno elemento para frisar que qualquer comentário que possa fazer tem natureza estritamente política e nunca coloca em causa o cidadão enquanto tal. Também queria afirmar não ter de maneira nenhuma a pretensão de ter sempre razão, mas nesta minha intervenção julgo que, por se tratar de factos e não opiniões, que essa razão não me será tirada. E começo por falar de um facto que me diz directamente respeito que é o caso, felizmente ultrapassado, da Junta de Freguesia de Covas. E esses meus comentários e críticas teriam lugar, fosse quais fossem as forças intervenientes e qualquer que fosse o lugar em que elas tivessem lugar também. Não tem nada que ver com entidades partidárias, não tem nada que ver com a localização da situação que se verificou. Durante aproximadamente um ano os interesses da freguesia foram votados ao abandono, pura e simplesmente porque tivemos uma Junta não eleita a

funcionar com limitações e uma Assembleia de Freguesia, embora eleita, não tomou posse. E isto porque alguém, que foi a única pessoa eleita da Junta não conseguiu, não teve capacidade de se libertar das “grilhetas” que lhe foram postas pelo partido a que pertence. Mau serviço (duplamente) do Partido Socialista, mau serviço às populações que serviram para lhes dar votos mas que depois foram pura e simplesmente esquecidas. Mas a população, podem crer, que na hora oportuna saberá dar a devida resposta. Foi um ano perdido, mas espero com a regularização da situação o tempo perdido seja recuperado. Queria frisar que há situações que mesmo eventualmente legais, o que sucedeu durante alguns tempos, são manifestamente contra a ética e a moral. Há um contraste de comportamentos entre todos os intervenientes: as duas listas da oposição mostraram uma ética, uma frontalidade, uma maneira de estar que muito quero elogiar nesta situação, principalmente aos dois cabeças de lista que não se venderam, souberam dizer não, foram coerentes desde o primeiro minuto, embora pressionados nunca cederam, não fizeram mais que a sua obrigação, inclusivamente como cidadãos, mas é de realçar este comportamento, até em contraste com o que é norma quando se quer o poder e nada mais. Também queria realçar, embora tardiamente, o senhor presidente da Junta que conseguiu libertar-se da pressão a que estava sujeito e fazer aquilo que eu pessoalmente estou convencido que é sua vontade desde o principio. A minha homenagem ao meu amigo senhor presidente da Junta, senhor Luís Meireles. Parece que só os maus exemplos pontificam e realmente quando deparamos com pseudo-governantes, pseudo-políticos obsessivos e compulsivos que lança na miséria e na fome centenas de milhares de portugueses e quando verificamos que qualquer cidadão com fome por roubar um pão se sujeita a ir a tribunal e ser condenado, eu pergunto o que teria de suceder àqueles que mandaram para a situação que eu descrevi centenas e centenas de cidadãos? Pessoalmente defendo que a má utilização do erário público deve ser penalizada criminalmente. É lógico que isso não está neste momento a suceder mas se sucedesse, certamente, não faltariam especialistas, os mesmos especialistas que fazem leis da Assembleia da República, cheias de buracos para que todos possam fugir às responsabilidades. Esses mesmos especialistas apareceriam a dizer e a defender esses pseudo-políticos, alegando inimizabilidade política. Eu não queria antes de terminar, deixar passar esta época, é a última reunião antes de Natal, para desejar a todos, todos mesmos que aqui se encontram, um Natal o melhor possível dentro da tremenda crise que atravessamos permite, e na pessoa do senhor presidente da Assembleia saudar todos os lousadenses, é por eles e só por eles que eu aqui estou.» -----

----- Eram vinte e uma horas e cinquenta e dois minutos quando deu

entrada na Assembleia o seguinte membro: Manuel Joaquim Mota, presidente da Junta de Freguesia de Casais -----

-----  
----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Ainda em relação ao senhor Esteves. Pela primeira vez não temos hoje a assegurar o serviço desta Assembleia o senhor Manuel Bessa Esteves. Foi ele durante muitos anos quem assumiu a responsabilidade da abertura dos Paços do Concelho, quem garantiu as condições básicas para o regular funcionamento das sessões e prestou o apoio necessário para a dignificação deste órgão do poder local. Tendemos a exaltar os grandes cometimentos, a evocar decisões valorosas, a sublinhar iniciativas que pela sua grandiosidade e importância justificam neste plenário uma menção de especial relevo. No entanto é importante, também, reconhecer o trabalho daqueles que com profissionalismo, responsabilidade e dedicação, com discrição, humildade e modéstia tornam possíveis as grandes deliberações. É o caso do senhor Manuel Esteves que com notável serviço à causa pública deu sempre o seu melhor, quer à Assembleia, quer à Câmara Municipal. Ao merecidamente ter alcançado o tempo de serviço necessário para passar ao regime de aposentação, não poderemos contar mais com os seus préstimos. Porém, deixa atrás de si uma auréola de competência e de empenho. A Câmara perde um funcionário zeloso e dedicado mas o concelho poderá ganhar, com a maior disponibilidade, um cidadão profundamente comprometido com o desenvolvimento da sua terra, de elevada sensibilidade cultural e com um espírito voluntarioso e entusiasta. Actor, poeta e declamador, com grande experiência de vida e um percurso notável de valorização académica e profissional, o senhor Manuel Esteves tem ainda muito para oferecer à nossa comunidade. Aposentou-se do trabalho mas o seu dinamismo e capacidade de doação não o deixarão aposentar-se da vida e da cultura. Esperamos, continuar a encontrá-lo por aqui, já na qualidade de público e sempre de cidadão interessado no progresso e engrandecimento de Lousada para o qual tanto tem colaborado. É hora pois de lhe agradecermos tudo quando nos proporcionou pela sua simpatia e afabilidade e pela sua presença activa que ficará indissociável da história desta Assembleia. E é hora de lhe desejarmos um futuro sempre próspero e venturoso. Agora outro assunto, refiro-me à conferência de imprensa dos senhores vereadores da oposição de três de Dezembro próximo passado, mais propriamente à questão da “ruptura financeira”. Eu gostaria imenso que isto fosse devidamente esclarecido e não basta vir para os jornais intoxicar a opinião pública. Não sei se este ponto será um tabu dos senhores vereadores da oposição, mas aproveitava esta oportunidade para me dirigir a essa bancada, e se alguém estará em condições de elucidar

a nossa bancada e os senhores jornalistas aqui presentes, onde encontram argumentos no orçamento para dois mil e onze, que no final desse ano, o município ficará a dever aos bancos mais de vinte milhões de euros.» -----

-----  
----- Eram vinte e uma horas e cinquenta e seis minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: João Edgar Ferreira Avelino, presidente da Junta de Freguesia de Lousada (Santa Margarida) -----

-----  
----- Intervenção do Sr. Amâncio Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa: «Senhores presidentes, estimada Mesa, senhores vereadores e vereadoras, senhores deputados, estimado público. Ainda por causa das comissões. Acho que aquilo que tem de ser dito tem de ser dito aqui cara a cara. Eu faço parte de duas comissões, uma das comissões é o acompanhamento dos aterros de Lustosa, o de RSU's e o de resíduos industriais não perigosos. Fizemos duas visitas. Na segunda visita antes da visita ao aterro, insinuou-se na comunicação social que estariam ser depositados resíduos perigosos no aterro da RIMA e os acompanhantes que representam o PSD na comissão, não se fizeram representar nem da primeira vez, nem da segunda. Aquilo que eu quero dizer ou a conclusão que tiro é que procura-se insinuar e fugir depois à responsabilidade. Não querer ver para crer. Acho que as comissões só não funcionam porque não querem. A outra comissão da qual faço parte também funcionou. Mas nesta, por acaso, faltaram sempre os mesmos do PSD. Da primeira vez eu até tolero, da segunda, quando vêm para a comunicação social insinuar coisas e tentar lançar confusão na opinião pública e depois não aparecem. É isso que eu acho estranho. Isso não é fazer política nem defender os interesses do concelho, é lançar a confusão pública.» -----

-----  
----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Duas ou três notas e começando até pela última intervenção do senhor Santos, um profissional da política deste concelho. Porque efectivamente o senhor convoca a primeira visita por e-mail, a segunda telefona a dizer é às nove e houve do lado de lá, por favor às nove não marque porque não posso. E agora vem cá cheio de autoridade acusar os elementos porque efectivamente esta frontalidade ficasse bem mas não conta é a história toda. Para responder efectivamente ao desafio colocado pelo senhor Joaquim Santos. Traços gerais, dois mil e nove passivo da autarquia, dívidas aos bancos na ordem dos dez milhões de euros, dois mil e dez, empréstimo contraído ao banco, final de dois mil e dez prevê-se cinco milhões duzentos e setenta e três mil setecentos e quarenta euros e trinta e nove cêntimos, previstos para dois mil e onze em sede de orçamento cinco milhões e oitenta mil euros. Se fizer as continhas vai apurar os vinte milhões de euros a passar. E já agora se quiser



lhes como exemplo a instalação da rede de água e saneamento. Este executivo está a acautelar o pós dois mil e treze. Outros não o estão a fazer e entregaram a empresas a gestão das águas e saneamento. Se calhar estarão arrependidos. E mais importante, a educação dos nossos filhos e netos. Este retorno não pode ser quantificado. Ainda quanto à instalação das redes de água e saneamento. Se vocês quiserem seguir o exemplo de concelhos que conhecem e forem poder daqui a uns mandatos, aqui têm um instrumento para acabar com a dívida aos bancos e arranjar ainda dinheiro para investimentos, entregar a empresas particulares a gestão das águas e saneamento porque isto é muito apetecível. Eu sei onde é que vocês foram buscar esses cinco milhões que estão lá incluídos no orçamento. E não podem ser cinco milhões e depois quando estivermos a discutir o orçamento vou-lhes dizer onde é que vocês foram buscar os vinte milhões de euros que a Câmara fica a dever no fim do ano de dois mil e onze.» -----

----- Eram vinte e duas horas e treze minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: José Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira. -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssimo presidente da Mesa da Assembleia, excelentíssimo senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, excelentíssimas senhoras e senhores deputados. A gestão financeira que o executivo socialista faz na Câmara Municipal de Lousada ao longo dos últimos vinte e um anos, tem sido feita de forma consciente, justa e em prol do desenvolvimento sustentado de Lousada, e a prova disso, está à vista de todos. Somos um concelho jovem, activo e com melhorias notórias em termos de infra-estruturas escolares, desportivas, empresariais e habitacionais. O país, a Europa e o mundo, estão a passar dificuldades, e isso é repercutido no nosso concelho. As verbas transferidas pelo governo para as autarquias baixaram drasticamente mas ainda assim, a Câmara Municipal de Lousada consegue fazer a sua gestão e melhorar Lousada. Ora com tudo isto, não nos espanta a atitude de desespero do PSD/CDS através do seu último comunicado. Esperavam estes, que a conjuntura económica mundial fosse um entrave incontornável para impedir o crescimento de Lousada nos próximos anos e que o executivo socialista lousadense não pudesse continuar a mostrar que merece e merecerá a confiança dos lousadenses. As principais críticas que ainda referem, prende-se com a pertinência da construção do complexo desportivo e a remodelação do parque urbano. Como toda a população sabe, estes investimentos são feitos devido à aprovação de verbas vindas do QREN, e que se não fossem canalizadas para estes mesmos investimentos, não poderiam ser utilizados de outro modo. Nós sabemos que o PSD e CDS-

Lousada querem que o nosso concelho pare e entre em estagnação para o puderem criticar à vontade, mas nunca foi nem será apanágio dos socialistas lousadenses. O parque urbano é algo que já há muito era necessário e só se fez quando houve ajuda financeira para executar esta obra. Dentro desta remodelação urbana, congratularmo-nos mais uma vez, com a não execução de uma proposta da coligação. Refiro-me ao parque de estacionamento subterrâneo no centro da vila, isso sim, um autêntico desperdício de dinheiro e recursos. Já a questão do complexo desportivo é recorrente. O PSD-Lousada, tal como o Dr. Pedro Machado já disse nesta Assembleia tem “ um complexo com o complexo”. Apelidam esta obra como um projecto megalómano e desta forma depreendemos que será apelidar os milhares de lousadenses que o utilizam de megalómanos. Para que todos saibam, e eu sei que a oposição sabe, no ano de dois mil e oito o complexo desportivo teve uma utilização que rondou os duzentos e quinze mil utilizadores. Em dois mil e nove, duzentos e cinquenta mil e em finais de dois mil e dez esse número foi ultrapassado. Todo este projecto foi alvo de estudos de viabilidade aprofundados, tanto para a construção dos courts de ténis/campos multi-funcionais e de hóquei, e para isso muito contribuí os protocolos firmados entre a autarquia e as mais variadas associações. A título de exemplo: Lousada é a sede do ténis que abrange zonas geográficas que vão desde Leiria, Coimbra, Aveiro, Porto, Minho até à Galiza, a faculdade de desporto da Universidade do Porto tem em Lousada um local de estudo para acompanhamento e desenvolvimento de atletas de alta competição, no Rugby constata-se que a capacidade de utilização já atingiu níveis impensáveis com o aparecimento de uma equipa lousadense e o protocolo com o CDUP, o campo de hóquei é alvo de uma utilização sem precedentes a nível concelhio e por outra via recebe torneios internacionais anuais e tem sido uma das imagens dos Jogos Olímpicos de Pequim. A promoção do Complexo Desportivo é feita e muito bem a nível internacional junto de Federações Europeias das diferentes modalidades, e não menos importante, a nível do nosso concelho, uma vez que é dada primazia de utilização sem custos, por exemplo, a todos os jovens lousadenses que façam parte do Lousada Ténis Atlântico. E mesmo para aqueles que não façam parte do clube de ténis local o preço exigido é o mais baixo da tabela. Só quem tem uma mente retrógrada não saberá reconhecer a actividade, utilidade e atractividade que esta infra-estrutura tem para Lousada. Centenas de pessoas deslocam-se semanalmente e até diariamente ao nosso concelho para assistirem e praticarem desporto. Para finalizar, aproveito ainda para refutar a acusação de que o investimento desportivo é centralizado. Lousada brevemente irá ser o concelho da região com mais pavilhões gimnodesportivos por freguesia, tendo uma média de um pavilhão por cada duas freguesias. As despesas com o complexo são cobertas com as receitas e é incentivada uma política de poupança

energética com a instalação de painéis solares em todas as infra-estruturas o que também resulta numa diminuição substancial na factura eléctrica. E com todos estes factos a coligação continua a recusar entregar-se à evidência. Agora só falta dizerem aos habitantes de Lousada para não praticarem desporto. Muitos mais aspectos há para salientar mas ainda assim o PSD-Lousada pensa que o complexo é mau para os lousadenses e que megalómanos são aqueles que utilizam estas excelentes instalações.» --

-----  
----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Eu julgo que não me foi direccionada nenhuma questão em particular. E acho que dispensava de tecer grandes comentários às abordagens feitas. A vida nos dias de hoje é demasiado complicada. Os membros desta Assembleia têm memória e eu fico satisfeito porque vejo que se uniram em unísono sobretudo enaltecer o trabalho do nosso ex-funcionário senhor Esteves. Nunca são de mais todos os adjectivos que lhe aplicaram. Fico satisfeito por isso, porque de facto há excelentes e bons funcionários na Câmara e o senhor Esteves é seguramente um dos exemplos que importa enaltecer, porque enobrece a Câmara e sobretudo aqueles que aqui trabalham porque de facto fazem-no com dedicação como sempre o senhor Esteves fez. Em relação às outras questões vamos ter oportunidade de responder a algumas delas.»-----

----- De seguida foram apresentadas as seguintes propostas: -----

----- A proposta número seis do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento de Luís Pinto da Silva que foi vereador da Câmara Municipal, presidente da Direcção da Cooperativa Agrícola de Lousada, professor do ensino primário em Lousada e do Colégio Eça de Queirós ”-----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia, a proposta número seis foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos. -----

----- A proposta número sete do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor ao piloto lousadense Romeu Leite pela conquista do título de campeão nacional de motociclismo de 600cc” -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia, a proposta número sete foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos. -----

----- Foi ainda apresentada a Moção A, pelo Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP do seguinte teor: “Considerando a conjuntura de crise em que vivemos, considerando as

limitações económicas das famílias, considerando a densidade populacional existe no nosso concelho e nos concelhos limítrofes, considerando que cada vez mais somos um concelho dormitório dos grandes centros urbanos, considerando a falta de investimento nas estruturas certas e nos momentos precisos, acarretando como consequência um maior nível de desemprego dentro do nosso concelho, considerando as portagens impostas nas Scuts e considerando acima de tudo que este é um “mandato Social”, e por conseguinte servir a população. A Bancada da Coligação Eleitoral Lousada Viva – PPD/PSD-CDS-PP, entende que é urgente a criação e construção de parques de estacionamento, junto da Estação de Caminhos de Ferro de Caíde de Rei e do Apeadeiro de Meinedo, mais qualificados e capazes de dar resposta às necessidades da população, uma vez que por esses locais diariamente milhares de pessoas acedem aos comboios para serem transportadas para os seus postos de trabalho, mas que infelizmente não encontram as condições mínimas de estacionamento. Basta estarmos atentos e passar por esses locais e constatamos que existem carros diariamente estacionados em cima de passeios, em locais perigosos e de difícil acesso, quando tudo poderia ser resolvido com a construção de um estacionamento municipal, gerador de receita para o município e com benefícios para a população. Investimento sim, mas no local apropriado. Entendemos ainda que o Município deve procurar resolver este grave problema em sintonia com as Juntas de Freguesia de Caíde de Rei e de Meinedo, que estão disponíveis para colaborar” -----

-----  
----- Intervenção da Sr.<sup>a</sup> Vanda Bragança do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Mesa da Assembleia, senhores secretários, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhores deputados, excelentíssimo público e comunicação social. A Moção diz praticamente tudo. Quero apenas reforçar que é urgente criar estacionamento junto das linhas férreas uma vez que cada vez mais os transportes públicos vão ser usados pelas populações, tendo em conta o aumento dos combustíveis e a imposição das portagens nas SCUT’s . Como a necessidade de recurso aos transportes públicos aumenta, aumenta também a necessidade de criação de condições que possam satisfazer as necessidades das populações. Daí a apresentação desta Moção com o intuito de alertar para a criação de mais lugares de estacionamento, já que os que existem não são suficientes para dar resposta às necessidades em condições de segurança para toda a população.» -----

-----  
----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «A bancada do Partido Socialista vai votar contra. Não colocamos entraves à ideia de princípio e aos próprios princípios que foram

sublinhados mas porque quando se debate tanto o orçamento não me parece que se deva aprovar uma Moção que terá necessariamente implicações em custos, empréstimos e terrenos. E que se diga, sobretudo nessa Moção e isso cabe reflexão, que se façam os investimentos certos nos sítios certos. Não vou dizer que um parque de estacionamento não é necessário nessas zonas, como já disse não nos opomos à ideia de princípio, mas se calhar essa proposta deveria ter sido apresentada antes, com esse trabalho prévio em detrimento de uma outra sobre um parque de estacionamento na vila.» -

-----  
----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara: Muito rapidamente para historiar esta questão. Eu já tive a oportunidade de dizer na Câmara que esta questão foi devidamente ponderada na altura própria dos projectos. Aliás, em particular no caso de Caíde de Rei que é Estação terminal foi de algum modo articulado connosco um aumento significativo na altura em que nos foi presente o primeiro projecto. E de facto foi articulado, neste momento Caíde de Rei está numa situação ainda mais complicada, por uma razão muito clara, nós percebemo-la e temos que a entender e que a linha do Douro não vai ser electrificada não vai ser objecto de intervenção, apesar da pressão dos concelhos vizinhos, efectivamente aqueles que não vão ter uma acessibilidade tão rápida quanto aquela que é conhecida de Caíde para o Porto. Provavelmente vão continuar a pressionar mais aquele espaço. Portanto em particular o caso de Caíde, Meinedo, talvez com menos expressão, julgo que nem todos os comboios param lá. Na altura essa questão foi devidamente levantada à REFER na altura a responsável pela obra. Agora é importante aqui ter em conta uma circunstância que é clara, e isso percebemo-la de uma forma inequívoca. A responsabilidade deste interface é da REFER. Acho muito bem que as duas Juntas em particular e nós próprios, como eu disse, faremos as diligências no sentido de que a REFER perceba que este problema existe. Eles são os grandes ganhadores deste processo. Não tem que ser de modo nenhum a Câmara a ter que arranjar espaços para salvaguardar sobretudo interesses da REFER, a quem cabe prestar um serviço de qualidade e em condições adequadas. Este interface, a exemplo do que aconteceu aí pelo país fora em vários sítios em que autarcas reclamaram e muito bem para estas situações, a REFER deve dar esta resposta adequada e consentânea a este propósito que me parece adequado e justo, mais no caso de Caíde menos talvez em Meinedo mas que também me parece adequado.» -----

----- De seguida foi colocada à votação a Moção A que foi reprovada por vinte e seis votos contra dos seguintes membros: Mário Fernando Fonseca, Joaquim Almeida Santos, Joaquim Cardoso, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Joaquim José da Silva Rocha, João Carlos Pinto Correia, Alberto Oliveira, Maria de Lurdes Oliveira de Castro, João Amadeu Mesquita

Baptista Ferro, Abílio Alves, Elsa Marques, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Rui Filipe Ribeiro Magalhães, Filipa Maria de Jesus Dias Ventuzelos, José Moreira Morais, presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga, Francisco Manuel de Moura Mendes presidente da Junta Freguesia Barrosas Santo Estêvão, Dora Manuela Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim, Eduardo António Taveira presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, João Luís Meireles cabeça da lista mais votada na Freguesia de Covas, Antero Pinto Leal presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Manuel Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada São Miguel, Amâncio Augusto Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa, António Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, José Ribeiro da Silva presidente da Junta de Freguesia de Pias, Adrião Paulo Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, António Joaquim Queirós, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, dezoito a favor e cinco abstenções dos seguintes membros: Francisco Xavier Teixeira Pires da Silva Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, José Oliveira Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira, José Luís Pacheco presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Carlos Manuel Fernandes presidente da Junta de Freguesia de Torno -----

----- Declaração de voto do membro Mário Fonseca: «Votei contra, essencialmente, porque me parece que esta Moção surge aqui muito mais como uma tentativa de crítica à Câmara do que propriamente como uma vontade de resolver as reais necessidades das populações.» -----

----- Eram vinte e duas horas e vinte e seis minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Jorge Manuel Neto -----

#### ----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimo presidente da Câmara e restantes vereadores, excelentíssimos membros desta Assembleia. A Carta Educativa Municipal de tempos a tempos é trazida à colação por diferentes pessoas, e algumas vezes, pelos membros do executivo, como aconteceu naturalmente no início do novo ano lectivo a propósito da inauguração dos centros escolares da celebração do Centenário da República. Na Assembleia Municipal de vinte e seis de

Fevereiro a respeito deste mesmo documento fiz uma intervenção que iniciava precisamente por pedir que a mesma fosse disponibilizada no site da Câmara Municipal, como acontece em inúmeros municípios, para se assumir, como efectivamente é, como um documento público sujeito a sugestões e propostas de alteração e melhoramento. Hoje, o documento continua catalogado como confidencial. Porém, tudo isto seria irrelevante se no início do ano lectivo as notícias publicadas na comunicação social não anunciassem reformas profundas na mesma Carta. A pergunta é: houve reformas na Carta? Quais? As reformas efectuadas, foram efectuadas por quem? E onde? As reformas efectuadas atendem à reestruturação da rede de oferta escolar? De que forma? Haverá novos centros escolares para além daqueles que estavam previstos na altura da aprovação da carta? Quais? Há centros que vão fechar? Quais? Estas questões não são despiciendas pois as novas competências atribuídas aos municípios em matéria de educação e as alterações profundas ao nível da escolaridade obrigatória exigem uma análise cuidada e também uma reformulação significativa das prioridades e objectivos delineados. Lembro-me que em Fevereiro alguém desdenhou desta necessidade. Pois agora recomendo vivamente que leiam a portaria número mil cento e dezoito barra dois mil e dez, dezasseis de Novembro, pois esta portaria afirma claramente esta necessidade. A acusação de que a coligação “Lousada Viva” desconhecia a carta que aprovou ou pior ainda de não querer o bem-estar de crianças e jovens, é, e permitam-me que o diga, uma acusação demagógica e muito mais do que isso, uma tentativa de desresponsabilização. Conhecemos e muito bem a Carta Educativa e mais do que isso assumimos com convicção aquilo que nela está plasmado, fica é a ideia de que quem não conhece a carta não somos nós mas o executivo, pois sistematicamente atropela o que lá está. Se em dois mil e seis havia e provavelmente hoje ainda há, não sabemos é quantos, vinte e três edifícios escolares avaliados em termos de segurança com insuficiente, não é à coligação “Lousada Viva” que devem imputar esta responsabilidade. Mais, não somos contra a construção de novos centros escolares, somos sim contra o desvario sem rumo de construção e remodelação profunda de centros escolares que acabam por em cinco ou seis anos serem abandonados. Não falamos de obras de minimização falamos de obras profundas ou mesmo de construção de raiz de edifícios que por incumprimento da carta ou manifesta falta de planificação de médio e longo prazo acabam por ficar obsoletos e conseqüentemente inúteis para a utilização escolar. Em Fevereiro falei da EB1 de Bouça-Cova. Agora falo do Jardim de Infância de Penas que com pouco mais de sete anos, construído de raiz, foi abandonado porque outro centro foi construído. A reforma profunda em Lodares também para substituir por um novo centro escolar é outro exemplo a apontar. Gastam-se verdadeiras fortunas ao arrepio de qualquer objectivo de longo prazo. Ora, é contra isto que nos

manifestamos, contra obras de centenas de milhares de euros que por falta de planificação acabam por ser pouco tempo depois deixadas ao abandono. Assumir o contrário disso, isso sim, seria demagogia e falta de responsabilidade.» -----

-----  
----- Intervenção do Sr. António Meireles, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei: «Digníssima Mesa da presidência desta Assembleia, Câmara, Assembleia, público. Sinceramente se não viesse cá dirigir uma palavrinha aos presentes certamente que não ficaria bem comigo mesmo e se estamos em democracia devemos fazê-lo livremente. O que eu ouvi aqui hoje nomeadamente em relação à Moção desagradou-me profundamente, irei fazer chegar essa mesma informação à população de Caíde de Rei, nomeadamente também à Assembleia. Em relação à questão do complexo funerário de Caíde de Rei, palavras do senhor vereador Dr. Pedro, refere que foi prevista uma verba, a escritura deve ser feita directamente com o senhor Pedro Magalhães e a Junta de Freguesia de Caíde de Rei e depois há o compromisso da Câmara transferir o dinheiro para a Junta. Isto está na acta da reunião de Câmara e isto seguramente que não é a sério. Seguramente que o senhor Pedro Matias não vai fazer a escritura sem que primeiro lhe seja pago o terreno. E de acordo com o protocolo que foi celebrado entre o executivo neste caso da Junta de Caíde com o senhor presidente da Câmara isto caminha noutro sentido e não no que está aqui. Depois há um outro pormenor nos documentos que eu tive o prazer de ler, nomeadamente, em relação aos nove mil e novecentos euros que foram transferidos, se não foram estarão para ser transferidos para o Caíde de Rei Sport Clube. Eu nunca fui contra atribuição de subsídios a nenhuma associação, concordo que sejam atribuídos subsídios, o que eu não posso concordar é que seja transferida uma verba para uma colectividade para pagar uma bancada que foi oferecida há quinze anos atrás e de acordo com os documentos e informações da reunião de Câmara, sinto-me profundamente revoltado, não porque o clube receba o dinheiro, sinto-me revoltado porque foram cortados às freguesias nomeadamente em relação á minha seis mil euros e mediante o protocolo que foi celebrado com a Câmara e com o clube não estamos a falar de transparência nem de atitude correcta mediante aquilo que se passou a seguir na prestação de contas do próprio clube. O clube apresenta contas e estranhamente não há obras rigorosamente nenhuma. E se o clube preparou o que está escrito nas palavras do senhor presidente da Câmara, nunca referi e as minhas intervenções têm sido muito escassas nos últimos tempos, nunca referi semelhante, nunca disse que era contra a atribuição de um subsídio para nenhuma associação, pelo contrário tenho vindo a solicitar cada vez mais, sabendo que algumas associações da freguesia têm recebido praticamente zero, elas são conhecidas, a realidade da freguesia é conhecida e neste

sentido eu fazia um apelo a que haja um procedimento diferente nesta matéria. Está-se a caminhar a passo largo para uma situação limite. Eu pessoalmente, estou a esgotar a minha paciência, sinto-me profundamente e isto não é qualquer tipo de afronta, estou a partilhar aquilo que estou a sentir, e se a situação é a que é, se nós assistimos àquilo que tem sido os últimos tempos, eu fazia um apelo muito sério a que a realidade se transforme noutra sentido.» -----

-----  
----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssimo senhor presidente da Câmara de Lousada a JS de Lousada no dia quinze de Abril de dois mil e dez e de forma pública chamou à atenção para o problema que constituiu a E.N.106 para o nosso concelho e para muitos concidadãos de concelhos limítrofes. Quase oito meses volvidos, é altura de saber o ponto de situação tendo em conta que essa mesma situação, in loco, não conheceu qualquer alteração. Quase oito meses volvidos, não pode a juventude socialista de Lousada deixar de lembrar este problema e a importância que tal via constituiu para muitos lousadenses e não só. Bem sabemos que esta não é uma das competências da Câmara Municipal de Lousada, nem a execução dessa obra. Porém quase oito meses volvidos e no âmbito do seu trabalho precisa a Juventude Socialista de Lousada e todos os lousadenses que nós aqui representamos saber como se encontra esta questão à qual desde logo agradecemos o cabal e devido esclarecimento.» -----

-----  
----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Passando a dar nota das questões que nos foram colocadas, nomeadamente em relação à Carta Educativa. Eu julgo que o senhor vereador Vilar poderá com maior propriedade dar aqui um contributo específico sobre estas questões mais objectivas da Carta Educativa e eu depois completarei.» -----

-----  
----- Resposta do Sr. Vereador Eduardo Vilar: «De facto não podemos estar em mais desacordo com aquilo que aqui ouvimos relativamente a este documento, que apesar de ter já alguns anos, como já aqui também foi dito, mereceu aprovação unânime dos vários órgãos a que foi submetido conforme previa a lei, Câmara Municipal, Conselho Municipal de Educação, Assembleia Municipal e Ministério da Educação através do seu GEP – Gabinete de Estudos e Planeamento. Conforme é dito no preâmbulo do próprio documento, este documento é um documento sujeito a monitorização e portanto a actualização ao longo do tempo. Todavia o plano de intervenção que esta Carta Educativa para o Município de Lousada definia foi, digamos, organizado em quatro grandes fases de intervenção. Exactamente para que fosse possível ao longo do tempo, se eventualmente, dados novos imprevistos surgissem se poder

atempadamente corrigir algum desvio. Nós neste momento estamos prestes a lançar a quarta e última fase, sendo que as três anteriores foram sendo executadas conforme previsto, nos anos previstos e de acordo com aquilo que eram os indicadores de nascimentos no concelho nos últimos dez anos anteriores à elaboração da Carta educativa. Ao longo dos últimos tempos sobretudo no último ano, ano e meio houve aqui alguns pequenos acertos articulados com o Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, exactamente tendo por referência alguns indicadores novos que são conhecidos até dos próprios dados do INE, e que apontavam em determinadas freguesias para um crescimento que não era previsível inicialmente e noutras em que se confirmava de facto um decréscimo que apesar de acentuado numa determinada altura foi sustido. Obrigou-nos num ou noutro caso a fazer alguns reajustamentos, apenas, quanto ao número de salas. Em alguns casos mais uma sala, noutros casos tem menos salas. Todavia o programa tem vindo a ser cumprido e é cumprido sempre em função do parecer obrigatório e final do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação. Nenhuma candidatura é susceptível de ser aprovada a financiamento sem esse parecer obrigatório e é a entidade que a nível nacional detém todos os dados estatísticos relativamente ao número de alunos, há evolução do número de alunos por turma, ao número de turmas por freguesia, ao número de alunos por agrupamento, todos esses dados são trabalhados pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação. Quando se diz aqui que há profundas remodelações, eu estranho esta adjectivação, gostaria de saber quais, estou disponível, quer em relação à pessoa que interveio, quer em relação a qualquer grupo que queira eventualmente comigo analisar a Carta Educativa, em qualquer momento, pôr os dados em cima da mesa e discutirlos com quem estiver digamos, disponível, preparado e interessado em fazê-lo. Parece-me que aquilo que temos vindo a fazer de facto tem merecido um bom acolhimento quer das populações, quer do próprio Ministério de Educação. De facto no caso aqui referido de Penas-Lustosa e de Lodares, há aqui digamos, uma atitude que foi no sentido de juntar toda a população escolar da freguesia num mesmo edifício, apesar das instalações anteriores não terem muitos anos, mas entendeu-se que em termos de rentabilidade de pessoal, em termos de rentabilidade de próprio projecto educativo era o mais aconselhável. Devemos dizer também que este equipamento não vai ser deitado fora, ele vai ficar ao serviço da freguesia, à semelhança de todos os outros edifícios que nas freguesias têm ficado disponíveis. Gostava de saber qual é o edifício que tendo ficado devoluto, da área do ensino, não foi imediatamente solicitado pelos senhores presidentes de Junta para actividades de cariz social. Portanto parece-me que estamos por um lado a fazer uma aposta correcta no sentido de aproveitarmos os fundos comunitários para dotarmos as nossas escolas,

dos melhores meios, das melhores condições de conforto, de equipamento, de resposta tecnológica para os nossos alunos e estamos simultaneamente a disponibilizar para as vertentes sociais os equipamento que ficam devolutos. Esta é uma visão que não é de hoje, vem de há muitos anos atrás, provavelmente, há mais de uma dúzia de anos, numa altura em que eu e o senhor presidente fomos recebidos no Ministério da Educação e pusemos em cima da mesa esta questão. Era necessário recuperar o parque escolar do primeiro ciclo e devolver á sociedade para a vertente social, nomeadamente, a terceira idade os equipamentos que ficassem disponíveis. Tem sido esta a nossa atitude, pensamos que apesar de tudo é a mais correcta, temos procurado não desperdiçar nem malbaratar os fundos comunitários que estão ao nosso dispor, ao contrário de provavelmente, e não quero com isto tecer nenhuma crítica destrutiva, outras opções que vemos serem feitas aqui à volta, e de alguns concelhos que ainda não executaram nenhum centro escolar. Nós em princípio até dois mil e treze deveremos ter todo o parque escolar, de todos os níveis de ensino completamente fechado. Digam-me quantos concelhos aqui à volta estão nesta situação?» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara (continuação): «Eu só queria dar nota do seguinte também sobre esta matéria: a Carta Educativa como sabem foi suficientemente debatida e participada. Tenho a noção exacta de que mesmo as forças políticas aqui presentes estiveram com grande empenho e determinação na concretização do documento. Este documento tem servido para nos orientar, tem sido com base nesse documento que tem sido salvaguardada esta remodelação do parque escolar aqui e nos outros concelhos todos aqui á volta. Pelos indicadores que temos e que todos os dias estão a sair em termos estatísticos, sobretudo em termos populacionais, não acredito, posso estar muito enganado que haja nos próximos anos provavelmente na nossa vida útil, abandono de qualquer um destes centros escolares que nós estamos a levar a cabo. Os indicadores são precisamente em sentido contrário, há aqui de facto uma vitalidade demográfica interessantíssima que importa ter em conta. Em relação à questão levantada pelo senhor presidente da Junta de Caíde de Rei, passaria ao Dr. Pedro Machado para falar sobre isto, não obstante o problema dos parques, pode com certeza fazer a menção a todos os seus concidadãos de que a posição da Câmara é esta: é útil, é necessário, agora quem tem de pagar isso é a REFER. Isso acho claramente porque quem tira os dividendos, tem os seus clientes, vai com certeza ter de participar, e bem, neste esforço. Não tenho nada contra isso, acho pertinente, é a posição da Câmara, desde que se encontre espaço, acho muito bem que a REFER o faça, seremos os primeiros, os porta-vozes deste anseio que já nos foi transmitido pelos senhores vereadores em reunião de Câmara e que nós corroboramos

seguramente a sua pertinência. Em relação à questão do complexo funerário, nós temos falado como sabe com o proprietário com o senhor Pedro Magalhães. O senhor Pedro Magalhães está disponível para receber o dinheiro, nós não precisamos que ele faça escritura nenhuma porque nós temos confiança na pessoa e muitas vezes a palavra é fundamental. Temos a convicção que o contrato sendo assinado, as condições estão lá devidamente salvaguardadas, não temos qualquer dúvida sobre essa matéria. Não nos cria qualquer embaraço essa circunstância, o dinheiro ele vai recebe-lo é o nosso propósito.» -----

----- Resposta do Sr. Vereador Pedro Machado: Eu queria só acrescentar se me permitem, o cemitério de Caíde de não é um cemitério municipal ou melhor conforme decidiu apelidá-lo complexo funerário de Caíde, não é uma obra municipal e não sendo uma obra municipal não faz sentido e nem me parece minimamente admissível que esses terrenos integrem o património municipal. O que faz sentido e uma vez que a Câmara decidiu apoiar e bem aquele investimento que é uma necessidade para a freguesia, o que faz sentido é a Câmara fazer um contrato programa para apoiar a aquisição daquele terreno com a Junta de Freguesia, mediante a contrapartida financeira, e a Junta assim adquire directamente ao proprietário esse terreno, porque o cemitério como disse vai ser da freguesia. Portanto, isto foi explicado ao senhor presidente da Junta, foi explicado ao proprietário do terreno que é o senhor Pedro Magalhães que foi como sabem vereador. Ele aceitou, não desconfiou de nós, acreditou em nós, foi assumido o compromisso que ainda este ano iria ser transferida uma tranche e no momento em que for transferida a primeira tranche o senhor presidente da Junta terá condições para fazer a escritura e ser-lhe-á dado conhecimento disso, conforme eu próprio já lhe transmiti.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara (continuação): Aliás só para complementar, em relação a essa matéria é óbvio que o terreno teria ser escriturado com a Junta de Freguesia não podia ser de outra forma, se a Junta de Freguesia vai fazer os jazigos e vender as campas não podia ser a Câmara a fazer o negócio, acho que isto é elementar. Mas é importante voltar a realçar e seguramente se verá que pelo vendedor não haverá qualquer óbice em ultrapassar o problema. Em relação à outra questão do subsídio ao clube, não sei se o senhor Prof. Vilar quer acrescentar alguns indicadores sobre isto.» -----

----- Resposta do Sr. Vereador Eduardo Vilar (continuação): «Relativamente a essa situação havia já um compromisso antigo com o clube de participar obras que já foram feitas. Foi exactamente nesse pressuposto que foi elabora o contrato programa e foi apoiado o clube. Da

forma como este dinheiro foi gerido cabe à direcção do clube prestar contas ou não aos seus associados.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara (continuação): «A EN 106 esteve em concurso até há pouco tempo está em fase de consignação. Aliás o empreiteiro já procurou em Lustosa local para montar o estaleiro. Nós estamos a forçar as Estradas de Portugal para que apesar dos constrangimentos possam avançar rapidamente com este processo. Nós sabemos que há muitos cortes na Estradas de Portugal, vamos ver, esperamos que ela possa avançar rapidamente.» -----

----- SEGUNDO PONTO - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «A propósito da inauguração dos novos centros escolares e das obras em curso. Primeiro: quando falei da Carta Educativa Municipal e das reformas profundas, eu coloquei uma dúvida, porque na comunicação social, e ninguém desmentiu em público, vinha que ela tinha sofrido profundas alterações. Eu queria saber se sim ou se não, se sofreu essas profundas alterações. Depois não há forma de nós sabermos se ela sofreu ou não porque ela não está disponível. Se alguém me disser onde ela está disponível. Gostam muito de falar e de olhar para os concelhos à volta, se formos à Câmara Municipal de Penafiel, a Carta Educativa está disponível no site, no site da Câmara Municipal de Lousada não está. Por isso eu não sei se efectivamente houve reformas profundas ou não na Carta Educativa. Relativamente ao abandono de centros escolares que foram construídos de raiz como exemplo de Penas ou como exemplo de Bouça-Cova ou como de exemplo de Lodares, é o que vai acontecer. Eu queria apenas citar a acta da reunião de Câmara do dia dezoito de Outubro de dois mil e dez em que o professor Vilar dizia: “No caso de Cernadelo nunca esteve previsto um Centro Escolar, os números apontavam para um decréscimo de tal forma significativo, que estes alunos virão a ser absorvidos pelo Centro Escolar que estiver mais próximo e com maior capacidade de recepção”. Quinze de Novembro na reunião de Câmara uma mudança de opinião, “ ... a Carta Educativa não prevê, nem o GEP deu parecer favorável para Cernadelo...”, ou seja, ela afinal não vai encerrar. Razões pedagógicas, optimização de recursos, centro escolar novo? Quais são as motivações que levam a que se construam, se fechem, se remodelem, que se faça a reestruturação de todo o parque escolar do concelho de Lousada?» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Eu não sei se o Prof. Vilar

quer tocar novamente o assunto.» -----

----- Resposta do Sr. Vereador Eduardo Vilar: «Eu penso que quando a gente quer confundir as coisas qualquer coisa serve, e penso que é este caso. Aliás eu tive a iniciativa imediatamente quando me apercebi de que se estava a utilizar as minhas afirmações em sede de uma resposta, num determinado contexto na reunião de Câmara para movimentar os pais de Cernadelo contra o fecho da escola. Eu não tive problema nenhum de em dois dias convidar os pais todos dessa escola para reunirem comigo. Exactamente para lhes explicar e clarificar qual era o contexto da minha afirmação e qual era o contexto da situação de Cernadelo na Carta Educativa. E de facto Cernadelo na Carta Educativa pelo estudo que foi feito, pelo indicador de nascimentos, não justificava à data da elaboração da Carta Educativa, não tinha alunos suficientes para justificar a construção de um centro escolar. Todavia esse decréscimo aconteceu até um determinado ponto a partir do qual estabilizou, e não continuou a descer, ou seja, nós temos o número de alunos do quarto ano até ao primeiro sempre a descer e nos últimos três anos o primeiro ano estabilizou o número de alunos, contrariamente ao que seria expectável. Portanto, tem neste momento mais de cinquenta alunos no primeiro ciclo e próximo dos vinte e cinco no pré-escolar, ou seja neste momento tem o número suficiente de alunos, primeiro para garantir que não feche a curto prazo, de resto, veja-se o exemplo de Caíde-Estação, tem apenas vinte alunos e se fossemos pelo rácio nacional teria fechado e não fechou. Portanto, Cernadelo, por maioria de razão, não está iminente o seu fecho. Agora é evidente que a evolução deste número de alunos irá ditar num futuro próximo qual vai ser a solução final deste pólo escolar. É neste sentido que a Carta Educativa tem de ser dinâmica e tem de ser avaliada ano após ano. Penso que fica esclarecida a situação.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara (continuação): «Eu só queria corrigi-lo numa questão que é esta, a Câmara não inaugurou nenhum centro escolar. A Câmara limitou-se a abrir os centros escolares não fez nenhuma cerimónia nesse contexto. No dia cinco de Outubro limitou-se a associar-se às efemérides do cinco de Outubro com a presença nos centros escolares respectivos. Finalizando, nestas circunstâncias nós temos uma atitude, e isso podemos distribuir outra vez gratuitamente, o volume, o CD, mas eu não vejo problema nenhum que a mesma esteja disponível no site da Câmara. Porque como eu reitero abundantemente, eu penso que aqui dos presentes não estive ninguém nomeadamente da bancada da coligação na feitura da Carta, não tenho a certeza disso, não quero estar a fazer esta afirmação de ciência. Mas provavelmente, os dois partidos neste caso têm cópias quer das actas, quer da carta. Portanto neste contexto não há gato

escondido com rabo de fora. É óbvio estamos sempre abertos a que possam fazer até sugestões as sugestões pela positiva serão sempre bem-vindas. Nós nesta matéria da educação felizmente, penso que temos dado exemplos claros quer à região, quer mesmo ao país de que temos feito algumas coisas interessantes e que vão marcar a educação no nosso concelho e na região.»

----- TERCEIRO PONTO: Eleição do 1º Secretário da Mesa da Assembleia

----- De seguida foi apresentada a proposta número oito do seguinte teor: “O Grupo Municipal do Partido Socialista com assento nesta Assembleia Municipal, propõe para o cargo de 1º Secretário o membro: Maria de Lurdes Oliveira de Castro” -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal passou de seguida à votação por escrutínio secreto da proposta número oito que foi aprovada por trinta e seis votos a favor, dez brancos e quatro contra. -----

----- Eram vinte três horas e nove minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Joaquim Cardoso .--

----- QUARTO PONTO: - Aquisição de terrenos para o Parque Florestal em Vilar do Torno e Alentém -----

----- Eram vinte três horas e onze minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Alberto Carlos Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Sendo também uma das propostas eleitorais da CDU a aquisição da referida Tapada Grande da Mata de Vilar e aí fundar um parque biológico, a CDU felicita a Câmara de Lousada e o seu órgão executivo por ter aprovado por unanimidade a aquisição dos referidos terrenos. Estamos certos que o referido espaço será uma mais-valia para os lousadenses e para quem nos visita. Sabemos também que existem outros projectos nas áreas envolventes, como seja, uma escola de turismo e hotelaria e também um outro projecto com um dos seus proprietários, uma sede ou centro nacional de cinema de animação. Com estes empreendimentos, Lousada será e terá mais uma vez o lado positivo, o centro das atenções para o mundo nos planos culturais, educacionais e ambientais. Assim como já o é em várias modalidades desportivas e também culturais.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia

de Silveiras: «Excelentíssimo senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, caríssimos membros desta Assembleia, excelentíssimo público. Eu queria só aproveitar esta ocasião de falar no Parque de Vilar para deixar aqui uma sugestão positiva à Câmara Municipal, aliás não é minha mas foi-me transmitida e aproveito para a comunicar. O Parque Biológico em Vilar a ser criado é uma estrutura importante para o concelho e há uma dimensão que acho que é interessante perspectivar, que é sobretudo relativamente ao escutismo. O escutismo católico neste caso, implementado no concelho de Lousada tem uma grande vertente ligada à natureza. Seria interessante convidar os escuteiros a fazer uma parceria, no sentido de se criar ali um centro de construções ligadas ao escutismo, aproveitando a grande vantagem de voluntariado escuta para preservar, para dimensionar e utilizar o parque em todas as vertentes, não só, ao nível do escutismo em Lousada mas também chamando aqui algumas vertentes e algumas actividades de âmbito regional e até nacional.» -----

-----  
----- Intervenção do Sr. Joaquim Queirós Presidente da Junta de Vilar do Torno e Alentém: «Senhor presidente da Assembleia, senhores secretários, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, comunicação social e público. Neste momento não seria correcto da minha parte se eu aqui não viesse ter uma palavra. É uma mais-valia para Vilar do Torno e Alentém e de uma maneira geral para todos os vilarenses. Vilar do Torno e Alentém tem sido uma freguesia que não obstante estar na última da ordem alfabética tem tido projectos que são dignos de valor. Quando surgiu o programa da Rota do Românico, a Câmara Municipal através do senhor presidente e do senhor vereador do Pelouro, que na altura era uma vereadora, falou-me no assunto, mais tarde, apareceu também o Parque Natural, com dois meses para avançar de fundos comunitários que iriam regressar a Bruxelas, fui também contactado. Surgiu agora o Parque Biológico, eu na minha simplicidade, humildade e nos pequenos préstimos, disponibilizei-me para falar com as pessoas que iríamos privar. Quando foi da Torre falamos para os acessos que eram acessos privados e continuam a ser, quando foi do Parque Natural também. Tive a humildade, a quem quero agradecer aqui publicamente ao senhor presidente da Junta do Torno, que havia uma pessoa envolvente a quem ele poderia influenciar, chegar mais perto dela, não obstante o Parque Natural ser de Vilar do Torno e Alentém, iria servir as duas comunidades e todo o concelho. Ele próprio foi falar com a pessoa para intervir no assunto com o Parque Biológico tratou-se do mesmo. Antes de mais tenho uma grande satisfação, uma honra e um privilégio, na minha freguesia há grandes vilarenses e grandes lousadenses, porque estão sempre disponíveis a colaborar. Isso é um factor muito importante porque em muitas freguesias

as pessoas poderão ter vontade e não haver pessoas disponíveis para isso. Todavia é importante aqui realçar o papel do mais pequeno, que pouco valor temos, já disse aqui isso uma vez, quase só no tempo das eleições, mas que eu apelo a quem tem, passo a expressa, a tarimba, a experiência, o poder que é a Câmara Municipal, estarmos nós disponíveis para colaborarmos darmos as mãos, interceder é isso que eu tenho feito, sinto-me feliz por ter contribuído. E se me permitem deixo aqui uma reflexão, por vezes, ouço aqui nesta casa e já estou aqui há uns anos, não obstante às vezes já dissemos que entramos surdos e saímos mudos, ouço e falo, e às vezes ouve-se certas interrogações ao executivo, chamamentos à atenção de críticas, mas por vezes as pessoas que o fazem deveriam ser as primeiras, como verdadeiros autarcas e não políticos, porque nós, presidentes de Junta somos autarcas, não somos políticos, ser os primeiros a dar as mãos, inclusive pedir aos membros da Assembleia e da Câmara Municipal, darmos todas as mãos para levarmos o barco a bom termo. Por vezes isso não acontece, ainda hoje se passou isso.» -----

----- Resposta do senhor Presidente da Câmara: «Eu acho que esta realidade do futuro Parque Natural e Biológico de Vilar vai ser um facto importante de desenvolvimento regional e em particular do concelho. Por isso agradeço as palavras que o Xavier Pires nos dirigiu que também se congratula e associa a este processo, ao senhor presidente da Junta de Silves que me parece interessante a abordagem que fez em termos daquele processo e que poderá ser explorado nesse contexto e também as palavras sentidas que o senhor Queirós nos transmitiu.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, autorização para adquirir um prédio rústico, sito no Lugar de Vilar, denominado por “Tapada Grande de Vilar”, freguesia de Vilar do Torno e Alentém, o pinhal, eucaliptal e pastagem, com a área de 150.449 m<sup>2</sup>, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lousada sob o nº 345/19990913 – Vilar do Torno e Alentém e inscrito na matriz rústica sob o artigo 131, pelo preço de quatrocentos e trinta e dois mil, setecentos e oitenta e um euros e setenta e seis cêntimos, bem como a aprovação do contrato-promessa de compra e venda, conforme preconiza a alínea i) do nº 2 do art. 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações constantes da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro” -----

----- A proposta número um foi aprovada por unanimidade de quarenta e oito votos, -----

----- Declaração de voto do membro António Meireles, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei: «Votei a favor e com este gesto felicito, neste caso, Vilar do Torno e o concelho por este passo». Fez ainda uma

alocução fora do contexto de declaração de voto que foi anulada. -----

----- QUINTO PONTO: - Quarta Revisão ao Orçamento da Despesa e segunda ao Orçamento da Receita -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal passou-se de seguida à votação da proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da quarta revisão ao Orçamento da Despesa e segunda revisão ao Orçamento da Receita, nos termos da alínea b) do nº 2 do art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro” -----

----- A proposta número dois foi aprovada por unanimidade de quarenta e oito votos. -----

----- SEXTO PONTO: Documentos Previsionais para o ano 2011-----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente a primeira palavra é para apelar à competência da função que exerce para, uma vez mais, isto não é o primeiro ano que acontece, esclarecer esta Assembleia, qual foi o acordo entre o senhor presidente de Câmara e o senhor presidente da Assembleia, se intervém ou não no intercalar das voltas.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «Isso não tem nada a ver com o caso de agora. Não intervém, ele já disse que não intervém. O senhor não precisa de saber, eu é que tenho de gerir. É evidente que ele só quer intervir no fim, é um direito que lhe assiste.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Bessa do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros, senhor presidente da Câmara Municipal de Lousada, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores presidentes de Junta, senhoras e senhores deputados, comunicação social presente e estimado público. Uma sociedade que não respeita nem galvaniza o capital activo da juventude que tem, não é uma sociedade com futuro. Valores juvenis como a justiça, a solidariedade, a entrega a responsabilidade, a cooperação e a consciência social são valores irrenunciáveis ao bem-estar em qualquer município, com uma visão estratégica. É portanto salutar senhor presidente o relativo empenho deste executivo na promoção da cultura, do desporto em Lousada, mas deixe-me dizer-lhe que, falta transversalidade e universalidade ao mesmo. Um

verdadeiro projecto político para a juventude lousadense devia ir muito mais além do Verão Cultural, do que alguns torneios municipais ou actividades de carácter recreativo centralizados na vila. Um verdadeiro projecto político para juventude lousadense tem necessariamente que versar em sede de orçamento sobre incentivos ao rendimento jovem, ao apoio aos jovens empresários, às estratégias de empregos jovens, à formação profissional, entre muitas áreas. Lamentável senhor presidente, os jovens lousadenses continuam a assistir ano, após ano, a atropelos e desconsiderações por parte desta pequena maioria socialista, se não vejamos, há quantos anos não reúne o Conselho Consultivo de Juventude em Lousada? Que palavra têm os jovens nos destinos do Município? É desta forma que se respeita a juventude deste concelho? Julgamos que não. Para quando senhor presidente o pagamento das prometidas bolsas de estudo aos jovens que frequentam o ensino superior? Para quando o pagamento das bolsas dos anos lectivos dois mil e oito barra dois mil e nove e o dois mil e nove barra dois mil e dez que os vereadores da coligação “Lousada Viva” já por várias vezes o questionaram? Senhor presidente permita-me que lhe diga, alguns desses jovens com muito esforço e sacrifício das suas famílias já terminaram a sua licenciatura sem verem um tostão do prometido apoio por parte da Câmara Municipal. Pergunto se este município tem a noção de quantos jovens licenciados tem e em que áreas? É esta a visão estratégica deste município para esta juventude? Senhor presidente, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, precisamos com urgência de um projecto político para a juventude, um projecto político integrador e conclusivo um projecto político jovem que termine de vez com o sectarismo o carácter fragmentário e da subsistência ao qual votaram as colectividades da nossa freguesias. Um projecto político de Juventude que ponha fim e diga basta ao centralismo e elitismo. Mais uma vez senhor presidente para quando o pagamento dos apoios prometidos às colectividades das nossas freguesias? Senhoras e senhores deputados Lousada tem de definitivamente dar um salto para o século XXI um salto qualitativo e ambicioso. Lousada precisa efectivamente de um futuro, um futuro transparente e credível. Um futuro onde não haja injustiças mas sim transparências nos critérios de selecção em concursos de admissão à função publica de funcionários. As pessoas queixam-se diariamente e sobretudo as mais qualificadas. Infelizmente nem todas podem ser familiares em primeiro ou segundo grau das pessoas influentes desta pequena maioria socialista para que possam ter emprego.»

-----  
----- Intervenção do Sr. António Filipe do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Quando presenciamos a nível nacional, situações de centralismo, manifestamos a nossa estupefacção e não raras vezes a nossa indignação. Inúmeras ocasiões, diria

mesmo demasiadas ocasiões, deparamo-nos com situações que caracterizam e caracterizaram desde sempre esta tendência macrocéfala do país que somos. Encapotados por artifícios legais e muitas vezes por argumentos fúteis acontecem demasiadas vezes desvios de fundos destinados à periferia por um centro que tudo açambarca. Esta tendência em tudo criticável e castradora do justo desenvolvimento da periferia é, não raras vezes reproduzida noutros locais que se assumem como centro, como por exemplo sedes de municípios em relação às restantes freguesias. E em boa verdade Lousada pode ser apontado como exemplo acabado desta tendência. Se olharmos com alguma atenção para aquilo que se faz no concelho percebemos com muita facilidade que desde há vários anos uma ideia de desenvolvimento local passa quase exclusivamente por uma pequena parcela do território do concelho. As restantes freguesias ficam, das vinte e cinco que compõem o concelho, tirando honrosas excepções, arredadas de um olhar atento, de um olhar inovador e alavancador do desenvolvimento que deveria ter um executivo que não olhasse apenas a sede como um centro e o resto como a periferia. Que equipamento desportivos e culturais, para além daqueles que estão inseridos naturalmente nos centros escolares, possuem as freguesias? Que zonas de lazer e recreio de qualidade e louvo aqui a compra do Parque de Vilar que é na periferia e também zonas de lazer infantil possuem as freguesias? Onde estão ou melhor como estão as zonas industriais? Há obra? Depende do local do concelho que observamos. E se me permitem, a expressão é mesmo “atalho de foice”, a alteração de opinião deveu-se, e como muito bem reconheceu o senhor vereador, não a motivos de optimização de recursos ou razões pedagógicas mas à movimentação dos pais.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «É só para responder ao último interveniente. Chamam centralismo. Aproveitam tudo para intoxicar a opinião pública. Vêm centralismo na instalação das redes de água e saneamento e requalificação dos centros e equipamentos escolares? Vêm centralismo nisto? É aqui que estão os investimentos mais avultados. Quase na totalidade. Deixem-se de mentiras.»-----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu desde logo não poderia deixar de estar em total discordância com aquilo que foi dito aqui pelo meu colega deputado Joaquim Bessa. Lousada para além de um dos concelhos mais jovens de Portugal e da Europa, é um dos concelhos que mais aposta na juventude. E se sairmos à rua e perguntarmos, duvido muito, que opinião aqui vertida pelo meu colega seja essa. Mais, eu não posso deixar de me insurgir que digam que em Lousada há centralismo nos investimentos, como muito bem

referiu aqui há pouco o meu camarada Nelson Oliveira, dentro em breve Lousada terá cerca de, e em média, um pavilhão gimnodesportivo para cada duas freguesias. Não há ao nosso redor tal média. Mais, a aposta na juventude vê-se, e sabem quando é que se vê isto também para o estimado público, vê-se quando todos os dias vão à internet e vêem notícias não de comunicados partidários mas notícias de equipas lousadenses que ganham e quando aprovam nesta Assembleia votos de louvor a atletas lousadenses que são distinguidos. Sabem porquê? Porque houve investimento na juventude. E sabem que mais? Eu acho que os lousadenses e os jovens lousadenses já perceberam que esta terra tem futuro, também já perceberam que têm de ir sorver da globalidade para depois virem para cá. Têm de pensar global para mais tarde vir a agir localmente, virem enaltecer esta vila. Eu não poderia deixar de, e em nome dos jovens, nós jovens somos futuristas, somos arrojados e não ficamos agarrados às situações tal como elas são. O senhor António Filipe tem o descaramento de vir aqui passados sete, oito meses dizer que não teve acesso a documentos que são públicos. Senhor António vou-lhe dizer uma coisa já conhece o CAD, não teve acesso aos documentos? Consultou o CAD? Pediu o documento? Teve assim tantas dificuldades? A mim bastou-me ir à Câmara Municipal apresentar-me como deputado municipal e tive acesso ao documento. Para quê estar oito meses para vir aqui dizer que ninguém lhe dá documentos, públicos.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor Joaquim Bessa, nós estamos fartos de insinuações. Uma coisa muito simples, quando tiver algum caso em concreto venha aqui a esta Assembleia e traga-o para todos ficarmos a saber.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «Senhores deputados, o que estamos a discutir agora é a aprovação dos documentos previsionais, não vão falar de outras coisas.» -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor João Correia quando quiser, estarei disponível para lhe dar algumas aulas de interpretação daquilo que acabei de dizer. Eu não disse, senhor presidente desculpe mas não lhe cortou a palavra quando ele fez as insinuações que bem quis a meu respeito. Então peço defesa da honra.» -----

----- Interrupção do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «Senhor deputado vai-me desculpar mas o senhor vai-se limitar a falar do ponto. Faça defesa da honra.» -----

----- Senhor António Filipe do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP em defesa da honra: «Eu não disse aqui em momento algum que não tive acesso aos documentos, para começar. Eu disse que os documentos não estavam acessíveis ao público. Foi o que eu muito bem disse. Eu sou um elemento da Assembleia Municipal e não neguei aqui em nenhum momento, nem hoje, nem a vinte e seis de Fevereiro que me cederam os documentos quando os pedi. Está nas actas. Por isso, provavelmente interpretou muito mal aquilo que eu disse aqui. Eu disse que os documentos não estavam acessíveis, não disse que não tive acesso a eles.» -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP (continuação): «Em relação ao ponto da ordem de trabalho se me permitem agora. Intoxicação é tentarem dizer que saneamento, que se costuma dizer saneamento básico, é uma obra de vulto para as freguesias. Ao fim de vinte anos dizer que as freguesias terem saneamento é uma coisa brilhante é quase ofensivo para os lousadenses. Desculpem, dar o saneamento e a água às pessoas é o mínimo. Dizerem que isto é desenvolvimento é uma visão absolutamente redutora daquilo que é o desenvolvimento. Apenas uma coisa mais, setenta e nove propostas recusadas na reunião de executivo. Setenta e nove propostas para as vinte e cinco freguesias do concelho propostas por uma minoria residual de alguns milhares de votos. Lousadenses que acreditaram numa outra propostas num outro projecto num outro plano para o concelho. Setenta e nove, nem uma foram aprovadas. Eu acredito que das setenta e nove deveria haver pelo menos alguma que deveria ter uma réstia, uma coisinha pequenina, que merecesse a dignidade da sua aprovação.» -----

----- Eram vinte e três horas e trinta e nove minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: José Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira. -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Começar por referir que se eventualmente o senhor presidente tivesse feito a sua intervenção a meio das voltas já estaríamos esclarecidos aqui de alguns assuntos. No final das voltas esclarece mas fica sem direito ao contraditório e a outros esclarecimentos que possa não prestar. O concelho de Lousada como sabemos é composto por vinte e cinco freguesias e uma população a rondar os quarenta e cinco mil habitantes, perto de dezoito mil destes, estão abaixo dos vinte e cinco anos de idade. É um concelho singular ao mesmo tempo híbrido, pois a sua ruralidade convive com pólos urbanos e uma pouca malha industrial. A baixa escolaridade da população do concelho,

acompanha o baixo índice de literacia. E o que temos nós neste tão importante documento que hoje analisamos. Qual a visão estratégica a que este documento nos remete? Direi, um somatório de contas com muito poucas intenções. Arreigado de compromissos correntes, traduzidos em pura gestão administrativa do concelho, nenhuma ambição que projecte para patamares superiores o nosso concelho. Mais uma vez as últimas notícias dão-nos mostra da fraca capacidade de influência, afirmação e centralidade a que o concelho está sujeito de há uns anos para cá. As verbas vertidas no plano de investimento e despesas de desenvolvimento da administração central, vulgo PIDDAC para o ano de dois mil e onze relativas ao nosso concelho ficam-se, sabemos todos pelos zero euros. Esta exiguidade do governo central para com Lousada é acompanhada pelo conformismo do actual executivo socialista na Câmara Municipal, por acaso, da mesma Família político-partidária. Como já algumas vezes disse em Lousada festejamos dois meses de Verão Cultural para esquecermos os domingos à noite sempre marcados pela saída de muitos lousadenses rumo a Espanha e a França. O grande projecto em termos de investimento do actual executivo socialista na Câmara Municipal de Lousada continua a ser o mesmo de há uns anos para cá. A Câmara Municipal de Lousada com essa obra e a verdade está a quartar a realização de outros investimentos hipotecando o erário público do presente e das gerações futuras. Mais à frente ainda nesta sessão vamos verificar que isso é verdade. Em termos de política de investimentos esta Câmara tem tido uma visão demasiado desajustada das necessidades das populações e da realidade do concelho. Não ouvem as sugestões da oposição como o meu companheiro António Filipe Barbosa disse, apresentaram-se setenta e nove sugestões para as vinte e cinco freguesias do concelho, não ouviram. Mais grave, não ouvem as reclamações das freguesias deste concelho e dos seus presidentes de Junta, mais uma vez elaboraram um orçamento à revelia dos senhores presidentes de Junta, não os chamaram, para com eles construírem um projecto de desenvolvimento para o concelho. Pois senhoras e senhores deputados é nestas alturas que mais devem imperar o rigor e critério na escolha e periodização dos investimentos públicos. Investir em obras de proximidade e projectar investimentos cuja rentabilidade social seja mais benéfica para as populações, deve ser sem duvida o caminho a percorrer. Atentemos por exemplo ao facto de em mais de vinte anos de liderança autárquica não terem organizado o concelho em pólos de acolhimento industrial e tecnológico, plataformas base de promoção de emprego desenvolvimento do concelho e das suas gentes. Esta medida a par de um pacote de incentivos à fixação industrial do concelho fará com que se criem oportunidades de emprego, investimento privado e competitividade do concelho que a par de outras sinergias confere qualidade de vida à sua população. Ao nível da política de urbanismo e habitação em Lousada, tudo

está mal, quando estamos há mais de quinze anos em processo de revisão do PDM e ainda não temos e a verdade é que ao dia de hoje, ainda não temos a versão final aprovada do PDM. E será que vamos ter um PDM que se coadune com as ambições do concelho? Neste aspecto, acresce o facto de Lousada está a apresentar-se ligeiramente desorganizada na localização de espaços e equipamento colectivos, nada foi feito, nem nada se vislumbra fazer para melhorar esta situação. Lousada não dispõe de um plano de mobilidade urbana e bem assim de uma rede de transportes que facilite deslocação marginal ao centro da vila, assim como a facilitação da circulação de pessoas portadoras de deficiência, existem avanços e recuos que nada abonam na concretização das melhores e possíveis opções, direi, é uma linha férrea que a certa altura deixa de haver linha, conclusão, descarrila-se. Minhas senhoras e meus senhores, Lousada, digo o actual executivo continua a perder imenso tempo para perceber que não é possível corresponder à oferta sustentada de bens sem a necessária promoção de riqueza privada e pública. Hoje depara-se com elevadas despesas correntes, mercê das poucas fontes de receita, deixando as verbas de investimento condicionadas ao sabor do vento pelas eventuais transferências estatais e comunitárias. Apresenta uma forte tendência evolutiva na contratação de empréstimos a médio e longo prazo, hipotecando gerações e administrações futuras. Vejamos, como já tive a oportunidade de referir ao passivo de dois mil e nove se juntarmos os empréstimos contraídos e a contrair em dois mil e dez mais os previstos para dois mil e onze temos mais de vinte milhões de euros em empréstimos, se a estes valores acrescentarmos os valores em dívida sobre fornecedores e fornecimentos, apuramos valores bastante acima dos que temos vindo a denunciar. Conclusões, não souberam e continuam a não saber periodizar investimentos, elevaram grandemente os custos de funcionamento dos serviços, afastaram-se das fontes de decisão e poder central, fazem ouvidos moucos às sugestões da oposição e das reclamações das freguesias.» -----

----- Intervenção do Sr. Jorge Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara, senhores membros da Assembleia Municipal. Estamos a discutir um ponto que eu creio que é crucial para Lousada e para o futuro de Lousada, muitas vezes temos a tendência para menosprezar a importância dos documentos previsionais, do plano e orçamento, mas eu lembro que é efectivamente nestes documentos que se vislumbra qual é o caminho, qual é o trilho, qual é a visão que o concelho tem para o futuro. Recordo em particular um grande empresário português que tive o prazer de conhecer, nem sempre em momentos agradáveis, o engenheiro Belmiro de Azevedo, dizia amiúde que um documento que ele não prescindia de ler, apesar de ser um documento maçudo, um documento

muitas vezes político e de difícil leitura era o orçamento de estado. E não é por acaso o grande empresário que é, ele queria perceber através da leitura do orçamento de Estado, quais eram os caminhos que o país ia traçar em termos de desenvolvimento económico, em que políticas iam apostar para dessa forma, naturalmente, compatibilizar aquilo que era a visão estratégica do desenvolvimento do país com os seus interesses empresariais. Isto revela apenas lucidez, bom senso e pertinência na análise dos acontecimentos, que aliás é característico e apanágio de um grande empresário que é o caso do engenheiro Belmiro de Azevedo. Eu cito este exemplo para vos lembrar que também no concelho de Lousada, enfim, numa escala diferente daquilo que é o orçamento nacional, estes documentos previsionais de despesa e de receita são fundamentais. Eu tive o cuidado de analisar, por ventura, não com o tempo que seria necessário porque os meus afazeres profissionais não permitiram, mas tive a oportunidade de analisar no essencial, aquilo que avulta dos documentos, do orçamento de despesa e orçamento de receita de Lousada para o ano de dois mil e onze. E fi-lo com algum rigor, perdoem-me a minha imodéstia, político, ao contrário do que aqui foi dito, um autarca é um político, aliás todo o homem é um político, o homem é um animal político. E da análise desses documentos gostava de lhes dizer que fiquei um pouco preocupado. E fiquei preocupado por duas ou três razões que vou aqui adiantar de uma forma muito frontal e directa. O orçamento de Lousada para dois mil e onze contempla em traços gerais qualquer coisa como quarenta e três ou quarenta e quatro milhões de receita que advêm de dez milhões e meio de fundos comunitários, cinco milhões de empréstimos bancários e vinte e oito milhões de receitas correntes. A par deste orçamento de receita, temos a despesa, e na despesa, avulta em particular uma despesa corrente muito avultada, vinte e um vírgula cinco milhões de euros e no caso concreto, de pessoal, qualquer coisa como doze milhões de euros. A primeira nota que eu gostava de aqui deixar, sem qualquer partidarismo, apenas com o rigor que os números naturalmente exibem, é de que efectivamente há aqui um grande desfasamento relativamente aquilo que é a despesa com pessoal versus a despesa corrente. Eu gostava de vos dizer que a nível nacional, nós temos setecentos e cinquenta mil funcionários públicos que representam qualquer coisa como doze ou treze por cento do PIB. O PIB nacional é cento e setenta mil milhões de euros. O nosso orçamento é cinquenta por cento do PIB, é oitenta e cinco mil milhões de euros. Os treze por cento que representam a massa salarial da função pública, estão acima dos standards da União Europeia, onde essa massa salarial representa os dez por cento. Nós temos um problema em Portugal a nível nacional, e recordo que o orçamento nacional contempla áreas que um orçamento de uma autarquia não contempla, nomeadamente áreas de soberania, segurança, justiça, defesa. Nós temos um problema a nível nacional em termos de rácio,

orçamento versus PIB e versus orçamento. Gastamos mais do que aquilo que gasta a média europeia. Portanto é um objectivo que está assumido de uma forma consensual por todos os partidos políticos, designadamente os do arco governativo de que é necessário baixar este rácio, se passarmos para os dez por cento do PIB em termos de orçamento que é metade estamos a falar de vinte por cento do PIB. Eu fiz as contas no caso concreto de Lousada e cheguei à conclusão de que os funcionários da autarquia de Lousada, cerca de mil ou mais de mil, num rácio que vai na casa de um funcionário para cada quarenta e cinco habitantes, que é manifestamente exagerado, representam relativamente à despesa corrente, qualquer coisa como cerca de quarenta por cento. Se retirarmos aquelas receitas extraordinárias como são os fundos comunitários, dez virgula cinco milhões de euros e se retirarmos também os empréstimos, verificamos naturalmente que a despesa rígida, a chamada despesa fixa com a estrutura de pessoal, é uma despesa excessiva e que ronda os quarenta por cento. Esta é uma situação que não tem retorno, quando se cria uma estrutura de pessoal desta natureza não se pode pensar de uma forma séria em reduzir essa estrutura, ninguém está aqui a pôr em causa ou equacionar qualquer hipótese de despedimento desse pessoal. É uma estrutura rígida de despesa que se vai manter por muitos anos. E portanto há que pensar em como poderemos combater esta situação do ponto de vista da receita. Se atendermos a que a receita vai sofrer cortes significativos nos tempos mais próximos, eu recordo senhores membros da Assembleia Municipal, chamo naturalmente atenção em particular do executivo, que nós estamos no último quadro comunitário de apoio e a tendência inexorável da voragem dos tempos é uma redução dos próprios fundos comunitário até à estaca zero. Esta receita que hoje nos advém, dez virgula cinco milhões de euro vai deixar de existir nos próximos anos. Ficaremos confinados a quê? Às receitas próprias do município e obviamente ao financiamento vindo do exterior, de terceiros, nomeadamente das entidades bancárias. Acresce a tudo isto senhores deputados que a tendência das finanças publicas em Portugal é de um progressivo aperto, foi aqui falado e bem que da parte do PIDDAC o valor que está inscrito no orçamento de estado é zero. Não vou agora aqui discutir porquê que é zero, porventura poderia ter havido mais intervenção, mais protagonismo, mais diligência no sentido de junto da Administração Central conseguir alterar esse rácio. Mas eu também reconheço, porque sei por experiencia própria, fui presidente da comissão de orçamento e finanças no parlamento nos últimos três anos, que a tendência é de facto para uma redução cada vez maior das verbas do PIDDAC e muitas vezes também chamo à atenção as verbas estão lá, aparentemente até são interessantes, mas como há lugar à cativação, na prática são muito inferiores. Esta é uma realidade com a qual vamos ter de conviver nos tempos mais próximos. Não vai haver benesses, transferências

do orçamento nacional para as autarquias, a que existe hoje vai ser reduzida pelo decurso dos tempos e convenhamos que aquilo que se avizinha no horizonte em matéria de consolidação orçamental, contenção de despesa pública e até mesmo de recessão, é bom dizê-lo, já no ano de dois mil e onze não há nenhum augúrio positivo relativamente a uma mudança da situação no que concerne ao financiamento do concelho de Lousada, ou seja, vamos ter que viver com a prata da casa. E portanto nós hoje estamos confrontados com esta situação, temos receitas que são de facto escassas, parte delas alavancada em fundos comunitários que vão deixar de existir e uma outra parte em financiamentos bancários que cada vez vão ser mais onerosos e mais difíceis de obter até porque como é sabido o próprio crédito bancário é cada vez mais condicionado e limitado em função da conjuntura económica internacional, mas temos uma despesa que é rígida, que é fixa, que se vai manter no tempo que é a despesa com pessoal, aliás o mesmo se passa a nível nacional. Posto isto, eu creio que era fundamental, hoje também aqui, pensarmos e reflectirmos todos um pouco sobre isto, este é um problema que não é um problema deste executivo, é um problema de todos os lousadenses, hoje é este executivo que é confrontado com ele mas amanhã será um novo executivo que terá de resolver e procurar mitigar os constrangimentos que esta situação cria. Nós estamos na iminência, a prazo, e não é nenhum catastrofismo da minha parte, basta olhar para os números, de chegar a um ponto em que receitas correntes do município dão e mal para pagar as despesas correntes. E quando falo das despesas correntes, falo do serviço da dívida relativamente aos bancos, falo da despesa com pessoal e falo das despesas com fornecedores e com terceiros. Vamos chegar ao ponto em andamos “rés-vés Campo de Ourique” e direi mais, poderá mesmo chegar ao ponto dessa ser insuficiente e ficar numa situação de penúria, numa situação até de tecnicamente quase de insolvência porque as receitas auferidas não são suficientes para cobrir as despesas. Não estou a dizer nenhuma barbaridade como é sabido e é noticiado há já concelhos em Portugal que estão nessa situação. Em situação muito mais difícil que Lousada, de absoluta falência técnica, também não vou dizer que a nossa situação é a pior de todas, mas não vivo com o mal dos outros, estou preocupado e é essa a minha responsabilidade política porque fui eleito pelos lousadenses com esse desiderato, estou preocupado com o concelho Lousada e com o futuro do concelho de Lousada. Vale isto para dizer que nós temos de pensar em como dar volta a esta situação, como alterar este *status quo*, isso passa naturalmente, uma vez que a despesa é rígida, por ser mais cauteloso do ponto de vista do aumento da despesa. Eu constatei por exemplo que apesar das limitações rigorosas do ponto de vista nacional do Ministério das Finanças, de contenção na admissão de pessoal não só na função pública a nível nacional mas também a nível das autarquias, houve vários elementos

que foram admitidos este ano ao serviço da autarquia de Lousada. Admito que relativamente a alguns deles, isso tenha tido justificação, estou-me a recordar concretamente dos professores na área da educação mas constatei que um ou outro elemento me deixou alguma perplexidade, vi por exemplo um elemento ligado à área da publicidade cuja justificação não encontro, dois ou três ligados à área da biblioteca que também não tenho explicação para isso, vi também um engenheiro e um arquitecto contratado para os serviços técnicos da Câmara, e eu pergunto, numa situação de marasmo do posto de vista da actividade económica e de manifesto inexorável declínio da construção civil, não compreendo que a súmula de trabalho extraordinário terá acontecido a nível da autarquia para justificar a contratação de mais um engenheiro e um arquitecto, são meros exemplos, porventura até haverá uma justificação concreta que o possa determinar, mas creio que na situação em que vivemos era imperioso que houvesse da parte do executivo contenção absoluta e rigorosa nestas admissões, não até para dar guarida àquilo que são instruções do Terreiro do Paço mas por uma questão interna de equilíbrio das contas públicas da Câmara e de boas contas no que concerne ao erário municipal. E portanto não quero deixar de chamar à atenção deste ponto mas sobretudo também projectar o futuro, eu não venho aqui apenas para lamuriar relativamente àquilo que foi feito, quero também, dar o meu contributo relativamente ao futuro. E relativamente ao futuro eu gostava de começar por dizer que Lousada tem fundamentalmente dois activos que não pode desperdiçar e que sobretudo tem de valorizar, e isto na perspectiva do desenvolvimento do concelho, da dinâmica económica do concelho e do acréscimo de receitas municipais também para a própria autarquia. Sublinho em particular estes dois elementos que eu creio que são porventura neste momento as duas mais-valias significativas de que Lousada pode orgulhar-se. Em primeiro lugar como aqui já foi dito, a população jovem, nós temos um problema seríssimo de envelhecimento populacional, não é só problema de Portugal mas da Europa, nós estamos na cauda da Europa nessa matéria e Lousada pode orgulhar-se de ter uma população jovem. Vejo glosado amiúde que tem a população mais jovem de Portugal e até da Europa, não tenho elementos científicos para poder comprovar esta afirmação mas é pacífico, é consensualmente admitido que a população de Lousada é uma das populações mais jovens da região e do país. Isso é um activo muito importante, sobretudo num país que está de facto a empobrecer do ponto de vista populacional, que está a decrescer em termos populacionais e está a envelhecer a passos largos, o que cria sérios problemas em termos de sustentabilidade do próprio país em termos de futuro. Portanto esse é um activo que nós não podemos desperdiçar, temos de o acarinhar, temos de sobretudo dar oportunidade para que esse activo não se desperdice e que não seja eventualmente utilizado ou desviado para outras regiões porque

não dizê-lo para outros países. Há um outro activo que eu queria aqui sublinhar e que é importante, há uns anos atrás era um constrangimento sério ao desenvolvimento de Lousada e também da sua própria dinâmica económica, mas que felizmente deixou de existir, que é a localização de Lousada e a sua fácil acessibilidade do ponto de vista das vias de comunicação. Nós hoje temos toda a facilidade em chegar a Lousada vindos de qualquer ponto do país, coisa que não acontecia há dez, vinte, trinta anos atrás. Do ponto de vista rodoviário Lousada hoje está a vinte, vinte e cinco minutos do Porto, está a quinze, vinte minutos do aeroporto, não há hoje qualquer isolamento de Lousada relativamente ao grande centro urbano que é o Porto isso é sem dúvida um capital que Lousada adquiriu e não pode desperdiçar. A meu ver estes são os dois principais activos de Lousada que é preciso valorizar e é preciso apoiar. Mas meus caros amigos, eu não encontrei neste orçamento em lado algum, nenhum rasgo, nenhuma ideia por mais recôndita que fosse, nenhuma nota, mesmo de rodapé sobre aquilo que é visão estratégica do concelho para o futuro. Eu gostava de perceber, por exemplo, como é que estratifica o concelho em termos de desenvolvimento económico, o que é que está afecto em termos populacionais á agricultura o que está afecto ao comércio o que está afecto à indústria. Procurei inclusive alguns dados sobre essa matéria actualizadas, não estou a falar de dados do antanho, e não consegui descobrir. Era importante que neste documento essa realidade fosse dada a conhecer aos membros da Assembleia Municipal para percebermos efectivamente como é que está estratificado do ponto de vista económico o concelho. Gostava também de perceber quais são os caminhos que o executivo preconiza como sendo os caminhos adequados para termos a tal dinâmica de desenvolvimento do concelho que todos nós desejamos. Efectivamente neste documento isso não se perscruta em lado algum. Eu diria que nessa matéria é preciso fazer algo mais. E começo, desde já, para não ficar apenas na constatação de um facto lamuriento, por sugerir algumas ideias que penso que deveriam ser sopesadas, com humildade por parte do executivo, para que efectivamente se possa ver além da *Taprobana*, como em tempos disse Luís de Camões. Começo por salientar a necessidade da criação de uma equipa na Câmara uma *task force*, não é necessário contratar mais ninguém, começo já por dizer que isto não implica acréscimo de despesa mas recrutar no seio dos elementos da Câmara designadamente até na própria vereação, pessoas que estejam afectas ao investimento no concelho. Eu sei que há um gabinetezinho que trata disso mas até hoje eu não conheço, não me foi dada qualquer indicação dos resultados concretos desse gabinete. Não basta criar gabinetes é preciso fazer uma avaliação dos objectivos, conhecer quais são os objectivos e ter a percepção da eficiência da eficácia da racionalidade desse gabinete. Não conheço, sei que existe, mas não conheço em concreto, nunca me foi dado

a conhecer quais são os resultados práticos desse gabinete. Esse gabinete tem de ser visível, eu quero dizer à senhora vereadora que já vi que está muito interessada na minha intervenção por razões que todos nós antecipamos. Conheço vários munícipes de Lousada que procuraram desenvolver projectos de investimento, gente nova, que queria realizar investimentos em Lousada, nomeadamente, procurando saber a nível de apoios comunitários que tipo de incentivos poderia ter e não tinha ninguém com quem dialogar, fui eu próprio que dei algumas indicações a essa pessoa para falar com quem de direito, no sentido de encontrar os melhores caminhos para realizar o seu investimento. Portanto há manifestamente falta de informação para não dizer falta de eficácia no funcionamento desse gabinete. Eu acho que o executivo tem o dever de obrigação de estruturar essa *task force* de uma forma eficaz de uma forma eficiente para que possa prestar esse serviço ao concelho de Lousada. Senhora vereadora, eu queria-lhe dizer que nós vivemos num mundo globalizado, há uma enorme concorrência em matéria de investimento. Não é só Lousada que está exposta aos olhos do mundo para atrair empresários e trazer investimento, há outros concelhos aqui ao lado que o fazem e onde o investimento também ocorre e que têm também as suas características, as suas popularidades, os seus atractivos em termos de investimento, ou nós somos pró-activos, nós vamos ao local, falamos com as pessoas, divulgamos o nosso produto, somos sedutores e persuasivos na atracção do investimento ou no mundo globalizado em que vivemos, senhora vereadora, não temos qualquer hipótese de sucesso. Vamos falar claro, isto não se faz apenas por boas intenções, é preciso pensar, é preciso estudar, é preciso ver quem são as pessoas adequadas para realizar esse tipo de contactos e obviamente ir ao mercado e procurar atrair esse tipo de investimento. Nessa matéria para além da *task force* que eu aqui preconizo, aproveito também para sugerir uma vez mais ao executivo que acolha uma das ideias que eu apresentei aqui na última sessão e que é muito simples, há uns municípios mais afortunados do ponto de vista financeiro, recorrem às consultoras internacionais, uma Delloitte, uma Price Water House, uma KPMG para fazerem estudos de mercado e desenvolvimento do concelho. Lousada não se pode dar a esse luxo. Eu não recomendo a contratação de nenhuma consultora para o efeito mas, caros munícipes e caros colegas da Assembleia Municipal eu disponibilizo-me, já o disse, venho cá dizê-lo uma vez mais, para trazer aqui a Lousada os maiores empresários de Portugal. É perfeitamente possível no auditório municipal realizar um workshop de investimento trazendo cá os maiores empresários de Portugal. Isso não custa dinheiro, a única coisa que custa é disponibilidade, interesse e mobilização das pessoas no sentido de trazer cá esses grandes empresários. Isso é algo que pode ser feito e que pode ser útil para o concelho de Lousada. Estas pessoas, estes grandes empresários têm

conhecimento de facto do mundo dos negócios, têm contactos, têm relações, podem porventura dar um contributo a Lousada para escolher os melhores caminhos em termos de desenvolvimento económico. Há uns anos atrás, o próprio país necessitou também de ter esse conselho e foi recrutar um grande economista e professor Americano Michael Porter que definiu quais eram os *clusters* em que se devia desenvolver a economia Portuguesa. Porquê que a nível muito mais reduzido, no microcosmo como é Lousada, não podemos fazer isso com a prata da casa, trazer cá o Américo Amorim, trazer cá Ilídio Pinho, trazer cá o engenheiro Belmiro de Azevedo. Gostava ainda de vos dizer que para além desse seminário, há outras iniciativas que podem ser tomadas, e eu aponto aqui dois ou três exemplos, casos concretos que eu penso que o executivo de Lousada não esteve bem e tem de fazer alguma coisa nos tempos mais próximos. Vou concluir. Foi aqui referenciado umas vezes directamente outras vezes de uma forma subliminar o investimento no Complexo Desportivo de Lousada. Não vou fazer nenhum comentário sobre o âmago da questão mas convém dizer aquilo que me parece óbvio e já tive a oportunidade de dizer aquando da campanha eleitoral. O Complexo Desportivo é muito interessante, eu próprio já o tenho frequentado, sou também praticante de desporto mas tem uma lacuna. Eu vejo imensos atletas de diversas nacionalidades, de diversos quadrantes do mundo a circularem pelo Complexo Desportivo, no hóquei em campo, no ténis, no rugby mas não vislumbro em lado algum o benefício económico para o concelho dessa passagem meteórica desses mesmos atletas pelo concelho de Lousada, e por uma razão simples, é que falta um equipamento, uma infra-estrutura hoteleira que obriguem as pessoas a sediarem-se em Lousada, a fazerem despesa em Lousada a pernoitar em Lousada, a frequentar os restaurantes em Lousada, a dinamizar o comércio de Lousada. Não percebi porque é que tendo sido feito um investimento tão vultuoso, como foi feito no complexo desportivo, não pensaram desde logo, não é a posteriori, na criação dessa infra-estrutura hoteleira. Estou mesmo a chegar ao epílogo da minha intervenção mas agora permita-me que estas duas ou três sugestões simples fiquem aqui expressas na sessão. Portanto sem um equipamento hoteleiro a montante ou a jusante do Complexo Desportivo a sua utilidade económica em termos de custo/benefício para Lousada é absolutamente um fracasso. Só com a criação desse equipamento hoteleiro é que se poderão tirar as vantagens decorrentes das dezenas, centenas ou milhares de atletas, que por aqui passam mas que não deixam do ponto de vista económico benefício para o concelho. Falo de equipamento hoteleiro, não sei em que moldes, pode ser um centro de estágio, um hotel, uma residencial, mas algo que de facto cative as pessoas e as faça permanecer aqui. Isto parece uma evidência, mas sabem, as evidências não demonstram, as evidências mostram-se. Duas outras notas que queria aqui deixar ficar e que tem a ver

com os jovens. Nós temos um activo importante que são os jovens mas é bom não esquecer que esse activo pode ser desperdiçado e só não é desperdiçado se da parte dos responsáveis do concelho houver a preocupação de criar razões para esses jovens ficarem sediados em Lousada depois de concluírem os seus estudos. Há um seríssimo risco desses mesmos jovens que hoje nos orgulhamos muito serem aproveitados por outros concelhos, por outras regiões e por não dizer por outros países. Nós já temos esse problema o êxodo dos jovens a nível nacional para o exterior. Temos o êxodo do norte para Lisboa mas teremos ainda mais esse êxodo de Lousada para o Porto para Lisboa ou para o exterior se não fizermos algo para os cativar e sedentarizar no concelho de Lousada. Isso passa naturalmente por criação de incentivos à fixação dos jovens que aqui também já foram referidos mas eu sublinho em particular um, um apoio à criação de indústrias, um parque tecnológico na área das novas tecnologias. Há jovens criativos com vontade de fazer coisas novas na área das novas tecnologias das ciências que precisam de ser apoiados. Portanto o executivo tem de estar vocacionado particularmente para aí. Temos de alterar o paradigma de desenvolvimento do concelho e sobretudo saber qual é o paradigma de desenvolvimento do concelho coisa que não sabemos até hoje. Se não houver esta vontade férrea de fazer coisas, não é apenas de falar nelas de uma forma aligeirada e avulsa. Fazer coisas de uma forma estruturada com visão estratégica, nós vamos, infelizmente, desperdiçar aquele que é o melhor activo de Lousada que é os jovens. E no dia que nós desperdiçarmos os jovens, gostava de dizer isto que ficará registado para a posterioridade, nós vamos perder o principal activo, ser um concelho que envelhece, que empobrece e que não tem futuro. Só teremos futuro quando apostarmos nos jovens.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa: «Acontece é que na verdade antes desta Assembleia e neste ponto, porque este ponto por lei, para os senhores que aqui estão presentes não pensarem que não cumprimos a lei, aquilo que está no Regimento. Antes da Assembleia Municipal há uma reunião dos líderes em que este tempo de intervenção sobre o orçamento é discutido. E foi acordado que dávamos mais alguns minutos à bancada que precisasse. -----

----- Eram zero horas e dezasseis minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Carlos Pedro Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo. -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O Dr. Jorge Neto concerteza que vai ter resposta do senhor presidente e da senhora vereadora e tenho só a dizer uma coisa. Se não sair

entretanto e se estiver aqui a quando da discussão do quadro de pessoal, irá verificar que isso dos mil funcionários é uma falácia grande. E o senhor vai na conversa desta gente. Viu um mapinha com a taxa de endividamento deste município, os concelhos aqui à volta estão todos, nós temos uma capacidade de endividamento de setenta e cinco por cento. Acha que nós não devemos contrair empréstimos para criar... Dificuldade de quem? Os bancos, enquanto não estiver no limite do endividamento, não tenha problemas que eles têm os fundos do estado para cobrir isso. Como anteriormente há que chamar a atenção para o facto de que devem ser analisadas separadamente as receitas e despesas correntes e de capital. As receitas correntes são calculadas, o POCAL tem princípios para se fazer um orçamento, nos termos legais pela média dos últimos vinte e quatro meses anteriores à sua elaboração que, em regra são inferiores às que efectivamente serão cobradas. De salientar que a receita corrente para dois mil e onze sofre uma diminuição de cerca de dois milhões de euros, provocada pelo corte nas transferências do estado e na redução da cobrança de IMI, IMT e taxas previstas na tabela de taxas em vigor. As despesas correntes reflectem, portanto a contenção de gastos restringindo-as ao essencial para pleno funcionamento dos serviços municipais. Igual rigor se verifica nas dotações com despesas com o pessoal. Porém, há que ter em consideração o substancial aumento verificado com as despesas com o pessoal em consequência da transferência de competências na área da gestão do pessoal, não docente do ensino básico, nos termos das disposições do Decreto-lei número cento e cinquenta e nove barra noventa e nove de catorze de Setembro, bem como, a contratação de pessoal docente para as actividades de enriquecimento curricular, acrescidas das despesas inerentes aos encargos com a Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social e seguros contra acidentes no trabalho. É previsto ainda neste orçamento a contratação de pessoal destinado ao funcionamento da Escola Básica de Nogueira. No que se refere à receita de capital é estimada tendo em conta diversos factores de ordem previsional designadamente: a venda de terrenos na zona industrial de Lustosa; os contratos-programa a celebrar com os diversos ministérios e o financiamento de obras a participar no âmbito do QREN com candidaturas já aprovadas e outras a apresentar em momento oportuno. Isto só é possível, como sabem porque a capacidade de endividamento do Município é invejável. No que diz respeito ao Plano Plurianual de Investimentos que totaliza trinta e um milhões quatrocentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e um euros e vinte e cinco cêntimos há que ter em atenção que apenas se encontram inscritos em orçamento, dezanove milhões novecentos e sessenta e um mil duzentos e noventa e um euros e vinte cêntimos, como verba definida, uma vez que o restante depende da aprovação das diversas candidaturas do QREN, em que poderão ser incluídas algumas das obras

sugeridas pelos vereadores da oposição, como referiu o senhor presidente na sua declaração de voto. É aqui que, julgo eu, poderá estar o erro quanto á dívida total da Câmara aos bancos no final de dois mil e onze. É que os onze mil quinhentos e treze mil cento e setenta euros e cinco cêntimos é verba não definida. Verba essa que sujeita a candidatura será financiada no mínimo em setenta por cento e por isso, não há na verdade, nenhuma razão que no município no final de dois mil e onze fique a dever aos bancos vinte milhões de euros. E os cinco milhões que estão lá inscritos. Estão lá mas podem não ser usados, porque se nós aos onze milhões quinhentos e treze tivermos setenta por cento de financiamento, podemos fazer aqui um empréstimo de dois milhões e pouco. As únicas dotações certas são as dos empréstimos contratados, as transparências do orçamento de estado e as participações das candidaturas já aprovadas. Deste modo as receitas e despesas de capital, tanto podem ser as previstas no orçamento, como podem variar para mais ou menos conforme os valores que vierem a ser aprovados. -----

----- Eram zero horas e dezanove minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: José Luís Pacheco, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde. -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Dois pontos muito rápidos. Senhor Carlos Nunes com que então Lousada só existe cultura durante o Verão Cultural, dois meses. De certeza que anda muito distraído, só um ponto muito curto, consulte a agenda cultural e vê que todas as semanas existem imensos eventos no auditório e em todas as freguesias para participar. Em relação ao segundo ponto a coligação “Lousada Viva” na mesma intervenção diz duas coisas completamente diferentes, uma o complexo é megalómano, outra, o complexo já é bom, os acessos e vias rodoviárias não existem, são más, outras já são excelentes. Decidam-se. -----

----- Eram zero horas e vinte e dois minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Jorge Simão Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos. -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Desde logo uma nota, é sublime a eloquência do meu caro colega Dr. Jorge Neto, sem dúvida. Aliás por esse motivo já foi deputado na Assembleia da República e aí também lhe devo fazer a devida vénia. Sabe realmente do que fala. No entanto não poderíamos deixar de falar desse mesmo activo que para mim e na minha óptica é de facto o mais importante, a juventude. E é comumente apreendido no ensino superior

nas cadeiras de economia, que o estado, e neste caso vou passar para Lousada, que o estado, deve apostar em bens de mérito. O que são bens de mérito? São bens que apesar de e a despeito de, a curto/médio prazo não darem resultados, a longo prazo são uma mais-valia para os países, neste caso serão uma mais-valia para o concelho, ou seja, todo o investimento que tem vindo a ser feito, todo o investimento que está provisionado na área da educação não trará para Lousada um retorno a curto/médio prazo, não trará receitas a curto/médio prazo mas trará-as certamente, dizem, grandes estudiosos da economia e eu acredito, que no futuro a longo prazo o nosso concelho o nosso país vai ficar mais rico com isso. Eu sinto que a aposta que está a ser feita e vai continuar a ser feita na área da educação, nesse activo importante do concelho vai trazer frutos. Agora esqueçam esses frutos não serão colhidos amanhã, serão colhidos daqui a muitos anos. Agora o senhor Dr. sabe porque certamente também trabalha na área da fiscalidade e na área comercial, como eu tenho a possibilidade de aflorar de vez em quando, que os municípios têm áreas muito cerradas para cativar receita, agora até há aí umas Câmaras que querem começar a cobrar taxas pela existência de multibanco nos seus concelhos. Como é que se financia uma Câmara? Por empréstimo, certamente, mas quais são as suas receitas? De onde advêm? De taxas, o senhor Dr. sabe isso. A minha questão é, nós podemos aumentar as receitas, qual é a contrapartida que temos? Segundo, qual tem sido a posição do PSD quanto ao aumento de taxas, quanto ao aumento de impostos, quanto às transferências que são feitas, quer para autarquia quer para as freguesias? E esta questão é de sublinhar porque o próprio estado está a cortar aos concelhos e não é fácil obter a receita. Tendo em conta aquilo que também aqui veio para aqui dizer, cumpre-me dizer isto, é necessário de facto, e gostaria de dizer isto ao executivo, uma *task force* mas uma *task force* que apresentasse ideias de futuro que pensasse em todos os caminhos que serão feitos e todas as possibilidades de resultado que existem. É necessário fazer esse exercício para o futuro. No entanto e porque estou dentro do Partido Socialista de Lousada e tenho acompanhado a sua vida nos últimos anos. Posso lhe dizer o seguinte, esse exercício da nossa parte está feito e está traçado, desde o final dos anos oitenta, durante os anos noventa e nos últimos dez anos é visível a aposta nos bens de mérito, é visível a aposta nestes activos, e seguramente, senhor Dr. e caros colegas deputados municipais isso dará alguns frutos e vê-los-emos dentro em breve.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Eu espero não levar tanto tempo quanto levaram aqui a dar mocha, impressão sobre estas matérias do orçamento e quais são as linhas estratégicas. Eu começava um pouco por aquilo que disse o João Correia quando se refere aos bens de mérito. Não é só isso que está em causa. De facto nós estamos aqui no município há cerca

de vinte anos ou pouco mais que isso e com certeza a memória dos homens e das mulheres não é curta ao ponto de obliterar as coisas, como era a região e o município e como é hoje. Tenho percebido das várias intervenções que aqui foram feitas que seguramente há mérito também em variadíssimas áreas da governação que de facto foram importantes e têm sido importantes para a afirmação do Município. E se neste momento não temos qualquer problema de ombrear, grosso modo, com todos os municípios aqui da região em termos daquilo que são as linhas mestras do desenvolvimento, as tais razões de visão estratégica que eram importantes para seguir determinadas linhas e determinados rumos, penso que no substancial estas questões foram feitas e que temos vindo a cimentar ao longo destes anos. Portanto, nesse contexto há aqui um conjunto de resposta que eu vou dar que entroncam nesta visão de que tínhamos e de que temos, como é que deve ser abordado o município, não só agora mas para o futuro. Começando pela primeira intervenção que foi feita sobre a juventude e as questões que lhe dizem respeito. Eu direi que o Município de Lousada de facto tem este activo, como há pouco foi evidenciado e enfatizado, provavelmente se olharmos para os indicadores que reportam a Janeiro de mil novecentos e noventa e aqueles que conhecemos nos dias de hoje, facilmente se tiram conclusões. E sem querermos “puxar a brasa para nossa sardinha” mas também é legítimo que o façamos, não tenho grandes dúvidas de que provavelmente houve um conjunto significativo de políticas que foram implementadas e que determinaram que nos dias de hoje esta realidade se evidencia de forma clara. E é tão fácil de constatar e vai-se constatar daqui a um ano, no final do próximo ano, principio do outro quando começarem a aparecer os primeiros dados dos censos. Vai facilmente perceber-se como é que as coisas evoluíram, quem de facto pedalou na concretização dos grandes objectivos de captar pessoas, de as fixar e de lhes dar oportunidades para o futuro, mas vamos aguardar para essa altura, apesar de já irmos tendo alguns indicadores, eles vão saindo permanentemente nas estatísticas. Nós percebemos que há municípios aqui à volta que aparentemente teriam grandes potencialidades, aparecem muitas vezes com algumas abordagens interessantes, é óbvio em termos de desenvolvimento, só que estão em contra si. É curioso, não sei porquê que isto acontece? Depois de tanto estudo, de dinheiro gasto em consultadoria e coisas do género. Não sei porquê que isto acontece, há aqui razões que só a razão conhece. Mas quando eu dizia que nós temos aqui um suporte muito grande neste activo que é população jovem, de facto é porque houveram políticas que seguramente permitiram que isso acontecesse. Começando logo por uma realidade que é incontornável, no apoio à família, pré-primário, Lousada há ano e meio ou dois anos, no anterior governo, a senhora Ministra da Educação chama os municípios todos a Lisboa, numa determinada altura, andavam os meus colegas aqui da região a perguntar

porquê que eu não ia, procurei saber junto da DREN, e foi-me dito, você não é convidado porque tem superavit em termos de jardins-de-infância, na resposta ao pré – primário. Quando entrei para a Câmara, já disse isso aqui e volto a dizê-lo que é para as pessoas perceberem e terem memória, a primeira abordagem que foi feita comigo na Comissão de Coordenação com o então presidente da Comissão em Janeiro de noventa, chamou-me ao lado e disse-me você tem uns indicadores tremendos em várias áreas uma delas é no pré-primário, há um único e é privado em Lousada. Isto não tem sentido, dizia-me ele, tem de começar por aí, acho que é uma das apostas que deve fazer no município. Foi isso que nós ao longo destes anos viemos sucessivamente a fazer. Nos sucessivos quadros comunitários de apoio tivemos uma parcela muito significativa de dinheiro direccionado para os equipamentos, para que as nossas famílias tivessem apoio nesta área que é da nossa competência. Além dos apoios que demos a outras instituições noutras áreas sobre estas matérias. Começamos logo aqui, um pilar fundamental dos dias de hoje, é a educação, julgo que isto é indesmentível e penso que nessa matéria a este executivo que ao longo dos anos tem tido este alvitado ninguém lhe pode sacar grandes críticas, bem pelo contrário, tenho ouvido sucessivas abordagens apreciativas daquilo que tem sido os nossos meios. Eu não quero com isto, dar outras imagens sobre esta questão da juventude, porque propiciamos ao longo destes anos todos um conjunto de variadas situações que nunca tiveram e começando logo pelas coisas mais mezinhas, como a escola, apoios às famílias, viagens de estudo com autocarros, sempre apoiamos as escolas. Nenhum município aqui da região faz como nós fizemos e vamos continuar a fazer, a muito breve trecho. Os intercâmbios com as cidades europeias, em que levamos centenas de jovens já por essa Europa fora, aos mais variados sítios, abrindo outros horizontes que nunca tiveram, exemplo, aliás bem salientado pela responsável pelas geminações a nível da Europa, com uma missiva que nos mandou há dois anos quando fizemos aqui os jogos. Sobre essa matéria, poderíamos ou poderemos fazer mais aqui ou acolá. É verdade que foi sempre preocupação nossa dar apoio, ter a preocupação primeira com este activo importante que são os nossos jovens. Neste momento, às tantas por esta perseverante atitude, nomeadamente na educação começamos a ter indicadores claros de gente que sai para as faculdades e que tem licenciaturas nas mais variadíssimas áreas e que se vão instalando aqui no município. Eu não conheço, sinceramente há pouco quando falava desses tais jovens que querem investir em Lousada e não tem apoio, a mim nunca me chegou nenhum, tenho azar, sou presidente da Câmara e não conheço nenhuma situação dessas. Tenho a noção de que efectivamente todos aqueles que vão passando por aqui, nós temos procurado encaminhá-los adequadamente e de uma forma pertinente. É óbvio que nós podemos fazer isto de uma forma mais elaborada. Podemos,

todos os municípios aqui da região podem. Agora eu o que vejo, é que alguns apesar de fazerem investimentos vultuosos não conseguem ter resultados. Lembremo-nos por exemplo de um investimento importantíssimo para o país que foi badalado “n” vezes em relação ao plano tecnológico. Foi a instalação em Vila de Conde da QUIMONDA, em pouco tempo ruiu o conceito de um eminente especialista que nessa matéria estava a debitar sempre que devia ser por aí, o professor Daniel Bessa. E depois mais adiante dizia que às tantas não é tanto assim, como muitas vezes estamos a debitar este tipo de conceitos. Há aqui outras componentes a nível mais global que nos ultrapassam de variadíssimas formas. É preciso ter muito cuidado quando fazemos este tipo de afirmações, muitas vezes algumas afirmações que carecem de sustentabilidade, nesta matéria é preciso ter os pés bem assentes no chão. Esta questão da juventude, eu também queria entroncar aquela abordagem que fez há pouco do protocolo com as freguesias e as propostas que não foram acolhidas pelo executivo. Nessa matéria é preciso ter a percepção exacta das questões. Os senhores vereadores tiveram a oportunidade de apresentarem as propostas que são claras e são inequívocas. Tivemos na altura da discussão o cuidado de dizer quais eram as condicionantes económicas do município. Das propostas que fizeram que são facilmente perceptíveis, há proposta que o nosso plano e orçamento contempla, não foram de todo, como dizem escamoteadas. Há situações que vão ser salvaguardadas. Não obstante aquelas que fizeram, e as propostas que fizeram, só por uma abordagem muito lateral, importavam já pelas contas que fizemos, algumas eram impossíveis de contabilizar, importavam na ordem dos dois, três milhões de euros que nós não tínhamos condições de poder salvaguardar, porque efectivamente há da nossa parte outro tipo de prioridades. Sem com isto querer dizer que algumas daquelas propostas não tivessem pertinência. Em relação às questões que o Carlos Nunes nos foi também debitando. Eu ouço-o sempre com toda a atenção, acho o seu tom sempre fluente e bastante conciso e bastante objectivo nas ideias, não obstante deixe-me fazer-lhe algumas considerações. Primeiro, todos nós, alguma vez, em circunstância alguma, não deixamos de salvaguardar o direito ao contraditório. Toda a gente tem opinião, pode divergir em variadíssimas circunstancias, nós no regime em que vivemos, numa democracia que julgamos efectiva, há sempre opiniões diferentes e nós respeitamo-las e vice-versa. Não há nada que não esteja balizado pelas regras do jogo democrático. Digo-lhe que neste momento Lousada contrariamente ao que diz não tem quarenta e cinco mil habitantes, tem perto de cinquenta mil. Quando nós chegamos a este número é porque temos dados objectivos, houve seguramente alguns compromissos ao longo destes anos que permitiram chegar aqui. Houve seguramente uma visão estratégica, contrariamente àquilo que vossas excelências repetidamente vêm escamoteando, procurando desvirtuar, mas as pessoas, os nossos

concidadãos estão atentos nas mais pequenas coisas têm a atenção devida sobre as circunstancias que os rodeiam. Nós há cerca de doze anos perdemos a maior freguesia do concelho, neste caso, Santa Eulália de Barrosas para o então criado Município de Vizela, e nessa altura como sabe, Santa Eulália de Barrosas tinha seis mil e tal habitantes. Naquela altura ficamos com perto de quarenta mil, nestes anos, conseguimos crescer desta forma, por alguma razão isto acontece. É porque provavelmente houve, de todos nós, não estou aqui a trazer “ a brasa para a minha sardinha” mas tenho a consciência que aquilo que se fez de positivo pelo município se deve a muita gente e de uma forma directa aos senhores presidentes da Junta, que se empenham connosco na resolução desses muitos problemas que o município tem. E eram muitos, apesar de continuarem a ser muitos mas já foram muitos mais e muito mais complicados. E evidenciado para quem não consegue perceber exactamente isto, é que de facto, a família e a educação foram as nossas primeiras apostas. Houve uma luta clara sobre esta matéria e os dados estão aí, outra aposta clara, foi inquestionavelmente na área do ambiente, em todas as suas vertentes, demos saltos significativos que são claramente reconhecidos por outras entidades, nós sabemos o que temos mas, outros far-nos-ão o mérito de dizer aquilo que se passa em relação ao concelho de Lousada. Outra vertente que o Dr. Jorge Neto evidenciou, é a questão das acessibilidades, como dizia e muito bem, Lousada há vinte anos não tinha acessibilidades nenhuma e agora tem, e é um dos grandes activos. Não foi mérito nenhum nosso, às tantas foi o etéreo que se lembrou de investir no município. Nuns casos dá jeito dizer que não temos influência noutros casos já temos influência. Felizmente esta dualidade de raciocínios e enviesado da forma como fazem é que é complexa, não é fácil qualquer um de nós percebê-la. Portanto sobre essa matéria da visão estratégica, só falando de três ou quatro áreas, além daquela que era importante salvaguardar a componente do desenvolvimento e da atracção de investimento, lembro, é importante que se refira isto mais que uma vez, o problema endémico de Lousada é idêntico em toda a região, não é diferente de qualquer um dos municípios nomeadamente em que os PSD-CDS são coligação a caracterização é precisamente a mesma. Há debilidades claras, fruto das circunstâncias que não vale a pena estar aqui a evidenciá-las mas que toda a gente conhece e que têm sido dados passos consentâneos. Neste momento tem-se procurado desde a escola, procurando que as pessoas sejam direccionadas nas mais variadas formas, aqueles que abandonavam, agora já não abandonam, continua-se a profissionalizar e a dar formação a uma grande parte que não chega ao ensino superior. Estamos a caminhar num sentido que no futuro potencializará Lousada para os desafios que os nossos antecessores não nos legaram. Em relação ao PIDDAC disse e muito bem o Dr. Jorge Neto que de facto o PIDDAC é o que é. Nós nesta matéria sabemos que há

investimentos que estão previstos, já referi nas escolas, o que o Estado tem de fazer nas estradas nacionais que vão ser intervencionadas e noutras coisas que estão devidamente salvaguardadas, podem não aparecer os números, directamente visíveis, mas apesar de tudo, ao que sei, Lousada ainda é o concelho aqui da região que foi objecto de alguma prodigalidade por parte do governo em relação a essa matéria, apesar de pensar como o Dr. Jorge Neto pensa sobre esta matéria. A questão da politica de investimentos desajustados, que é aquilo que é uma das tais afirmações chaves da vossa intervenção. Nós temos procurado e é importante dizê-lo não vale a pena escamotear isso a ninguém, se a imprensa regional quisesse fazer um exercício deste teor, comparando município a município, provavelmente, o Carlos Nunes não estava a dizer aquilo que diz, provavelmente calava-se. A realidade que o nosso município tem, é seguramente idêntica à dos outros, por aquilo que eu ouço dos meus colegas. As circunstâncias são as mesmas e são simples de perceber, as receitas que existem dos municípios são aquelas que aqui foram ditas, são exíguas, não vale a pena escamotear isto por razões variadíssimas. As receitas municipais desceram e vão continuar a descer, não tenho grandes dúvidas sobre isso. E por isso a prudência da nossa abordagem em termos orçamentais. A esmagadora maioria dos municípios em Portugal só tem uma solução, aqueles que podem que ainda têm capacidade para suportar a componente nacional das candidaturas ao Quadro de Referência Estratégica são aqueles que ainda poderão fazer alguma coisa, a esmagadora maioria dos municípios de Portugal estão essencialmente suportados pelo QREN, não estão por mais nada, não vale a pena andarmos aqui com figuras de ficção porque é pura demagogia. Os investimentos estão devidamente suportados por essa vertente e por isso tem o ajustamento aqui em Lousada como qualquer outro município. Os senhores apesar de concordarem grosso modo com a situação, por exemplo, a regeneração urbana nas suas várias componentes, se para isto só há uma linha de financiamento e é a que é disponibilizada para os municípios, só para esse efeito e para os centros urbanos que estão classificados em termos do PROT. Como é que é possível desviar este dinheiros para outras componentes? É impossível, isso. Além que, como referi há pouco, alguns municípios, ainda hoje no Jornal de Noticias vem uma notícia sobre o nosso colega do Marco de Canaveses, vosso companheiro, que fez uma candidatura à reabilitação urbana, foi aprovada mas não tem condições para suportar a componente nacional e não vai avançar. Felizmente nós não estamos nessas condições. E permitam-me que lhe continue a dizer com clareza, estes investimentos nomeadamente nos centros escolares, no ambiente, nas acessibilidades, senão as fizemos agora, como dizia e muito bem o Dr. Jorge Neto, porque o quadro termina em dois mil e treze, perdemo-las para sempre, ou o município as agarra agora, e procura para satisfazer a componente nacional

ir à banca para se financiar, como fazem todos. Aliás como sabem, uma grande parte dos municípios aqui da região e não só, tem a capacidade de endividamento esgotada. Nós felizmente ainda temos uma capacidade significativa, gostávamos, é certo, de não ir por aí, mas também temos a noção exacta que estes investimentos não forem feitos agora, seguramente que as gerações futuras, se não os fizermos, estarão aqui todos a apontar-nos o dedo porque tivemos a oportunidade de os fazer e não os fizemos. Provavelmente se eventualmente as gerações futuras em função destes investimentos que são importantes, se efectivamente eles também pagarem alguma coisa, ninguém levará seguramente a mal. Provavelmente ficarão até satisfeitos por termos concretizado os grandes objectivos do município. É esta a linha que devemos seguir e não vamos divergir minimamente destes propósitos. Quando olhamos para os vários problemas, nomeadamente o pessoal e outros. Eu penso que o senhor Santos já disse tudo e é aí que as coisas foram vistas e salvaguardadas. A política de urbanismo não se reduz à revisão do Plano Director Municipal, se fosse isto, era uma ideia perfeitamente redutora, não tinha cabimento, é muito mais que isso. Agora também é verdade que o nosso Plano Director Municipal está a ser revisto, não há quinze anos, é preciso dizer isto outra vez com clareza, nós tivemos a primeira versão do Plano Director Municipal em vigor em noventa e cinco, tem uma vigência por lei de dez anos e só ao final de dez anos é possível ser revisto. Vai-se fazer uma legislação diferente para si. Nós temos um plano em vigor como é que é possível dizer que está em revisão há quinze anos. Aqui não há nenhum trocadilho de palavras, a lei é clara. Essa é a ideia que tentam passar que o Plano Director está em revisão há quinze anos. Não está nada. As pessoas são suficientemente informadas para saberem que ele tem um prazo de vigência de dez anos, pode ser revisto ao fim desse tempo. Nós gostávamos que efectivamente o processo fosse muito mais célere, como sabe aqui à volta, há só dois planos revistos e em vigor, os seus companheiros nos municípios vizinhos têm o mesmo problema que nós temos, várias alterações legislativas ao longo dos anos que têm alongado o processo de revisão. Nós contamos seguramente, ainda há dias tivemos a oportunidade de aprovar a proposta de revisão de um diferendo com a reserva ecológica que é um processo extremamente complexo. Vamos seguramente dentro de algum tempo também apresentar para a revisão da Reserva Agrícola e com isso julgo que estaremos em condições de no início, nos primeiros meses do ano, apresentar à Câmara a proposta de revisão definitiva. Tem sido um trabalho imenso no sentido de procurar acelerar e ajudar a resolver os problemas. Lembro-lhe que sobre a questão das despesas correntes e o problema do pessoal. O senhor Santos interveio e fez já uma menção clara sobre esta matéria. Nós não temos, nem de longe nem de perto mil funcionários ou mais que isso como há pouco disse o Dr. Jorge Neto disse.

É um perfeito absurdo. Bastava terem pedido ao nosso departamento de remunerações e perguntar a quantos funcionários a Câmara paga. Era um exercício simples! E para lhe dizer exactamente quais são os funcionários de Câmara, funcionário com um contrato de trabalho com a Câmara efectivos do quadro são trezentos e vinte e dois, temos duzentos e tal que vieram do protocolo da DREN. Funcionários que eu não considero nossos, estamos temporariamente a geri-los, eu se quiser, como está previsto no protocolo, se quiser no final deste ano digo, senhora Ministra não queremos mais gerir esta situação, passam para o lado de lá não há duvidas. E depois temos mais cerca de duzentos resultantes das TICs, das AECs e por aí fora. São tipo de abordagens que eventualmente o governo, este ou outro quiser acabar com esse sistema, têm de voltar à base, não podemos renovar esse contrato. É fácil de perceber. Para com verdade, para quem sabe como é que é uma relação jurídica de emprego vinculativa, como é que pode aferir que são mil funcionários? Não pode, não vale a pena estarmos a escamotear os factos. E mesmo assim, naquele quadro que ali está, é preciso dizer o seguinte: há muitas situações que estão ali que são previsões em termos alargados, não quer dizer alguma vez que eles sejam providos. Por outro lado, é importante realçar e continuar a evidenciar isto, percebendo aqui da intervenção que o Dr. Jorge Neto, não tem esta noção. Nós Câmara de Lousada perspectivando já o futuro, a míngua de rendimentos que as Câmaras vão ter no futuro, o que é que temos decidido, já há uns tempos a esta parte, formar uma estrutura, e temos feito muita obra por administração directa, temos pessoal efectivamente fruto disso. Com a nossa capacidade de gerar receitas, temos conseguido investir essas receitas precisamente com este tipo de abordagem, evitando concursos, tendo algumas pessoas a trabalhar connosco, maior flexibilidade e preparando a Câmara, já não serei eu seguramente, mas no futuro, quando esta realidade se abater sobre as autarquias, a Câmara poder com algum dinheiro, porque há sectores aqui, sobretudo o sector do ambiente que, como eu já o disse repetidamente, que é algo que vai ser um dos sustentáculos do município para o futuro, se não alienar aos privados. Vai ser uma fonte de eventualmente a Câmara ter alguma capacidade económica para reinvestir. Se tiver uma estrutura destas devidamente suportada por administração directa, provavelmente poderá ter aqui alguma capacidade de desempenho. E nesse contexto, antevendo o futuro que nos estamos a posicionar. Não querem ver isto, muito bem. Neste contexto, há aqui de facto despesa com pessoal, apesar de neste último ano ter havido um ligeiro decréscimo em termos de pessoal. Lembro que as contratações feitas neste último ano essencialmente, reportaram-se a funcionários que já estavam no activo e por razões de ordem legal, ultrapassados várias situações de constrangimentos, foram recolocados e foram muito poucos os casos, são situações muito contadas. Fora os professores que houve aquela excepção

prevista na lei. É um engenheiro e um arquitecto, já cá estavam a trabalhar há anos, porque nós, por exemplo, no que se prende com os centros escolares, para que saibam, o projecto de arquitectura dos centros escolares foram todos feitos aqui, não demos fora, procuramos rentabilizar o pouco dinheiro que temos. Podíamos ter dados a uns gabinetes, também compreendo que eles precisem de trabalhar mas como temos pouco dinheiro e sabemos que é caro, procuramos gerir o dinheiro dos nossos concidadãos com parcimónia e com cuidado. É por isso que os temos aí, temos os técnicos porque precisamos deles. Portanto, é esta a razão substantiva que determina que haja uma abordagem e uma explicação adequada para este tipo de situação. Quando falamos das situações em dívida, penso que isto está esclarecido, a conta de gerência, virá aqui a três meses e tal, em Abril, vai-se evidenciar a veracidade daquilo que nós dizemos. Não temos vinte milhões hipotecados rigorosamente nada, felizmente para que lhes diga. Eu não quero estar a falar nisso, já lhes disse que tenho o comedimento e o respeito pelos meus colegas aqui da região e estou calado e tenho uma atitude de parcimónia nas abordagens que faço. Quer aqui na Câmara, quer na Associação de Municípios no Vale do Sousa e nas instituições que estamos, estamos a cumprir rigorosamente com as nossas obrigações. Somos conhecidos pelos meus colegas aqui da região como cumpridores. Não me venham com conversas, se querem conversa vamos tê-la noutra plano. Eu não quero ir por aí mas quando estamos a cumprir com rigor, cumprimos quer com a banca, quer com os nossos fornecedores e por aí fora. Neste momento por exemplo em relação aos centros escolares e às obras dos fundos comunitários praticamente temos tudo em dia, quando há Câmaras com problemas sérios, com empreiteiros que não recebem há anos, com problemas de tribunais e coisas do género. Sobre essa matéria em termos de gestão, podemos aprender e estamos a aprender todos os dias, agora não nos venham dizer que não temos tido rigor e preocupação com o pouco dinheiro dos nossos concidadãos. Estamos à vontade e sempre disponíveis para quando quiserem fazer uma abordagem global em termos de região e comparativa. Finalizando em relação a algumas questões que o Dr. Jorge Neto foi vertendo. Eu direi que é facilmente compreensível, estas questões de pessoal estão devidamente suportadas por razões objectivas, não há aqui outra matéria que senão aquela que eu referi. Também concordo, os dois activos que referiu são importantíssimos e é aquilo que nós procuramos também, no âmbito dessa visão estratégica, dar resposta. Há aqui vários indicadores, direi que nas várias vertentes daquelas que vamos falando, na área dos incentivos, quer ao comércio, quer à indústria e por aí fora. Nós em relação ao comércio estamos a fazer uma intervenção nesta área toda urbana, essencialmente para potenciar um projecto de urbanismo comercial. Nós herdamos um projecto de urbanismo comercial que só na fase final do programa é que foi

ligeiramente apoiado. Estamos aqui a fazê-lo, dando uma expressão, o máximo possível para potenciar a actividade comercial, para que os nossos comerciantes tenham resposta à concorrência das grandes superfícies e por aí fora. Se o vamos conseguir de todo? Com os nossos comerciantes e com eles empenhados, seguramente teremos aqui uma mais-valia. Na área da agricultura temos repetidamente apoiado em várias circunstâncias. Em relação aos nossos empresários, sucessivamente, os vários empresários que nos tem contactado e que nós também temos contactado, têm tido até agora apoio inequívoco da Câmara em várias vertentes, começando logo pelas várias situações de licenciamentos, com as linhas de apoio que nós sabemos e que estamos disponíveis para encaminhar nessa matéria, pode ser um gabinete pequenino. Agora estamos de facto e desde que sejamos contactados estamos disponíveis para o fazer conscientemente e empenhados. Aliás é importante aqui referir, eu só quero evidenciar isto porque me parece que é importante que também se diga, há uma semana atrás na reunião da CIM, em que os doze municípios estiveram presentes, foi aprovado um pacto entre todos os municípios, com um pacote financeiro para ajudar a criação para actividade empresarial e para o emprego. O senhor presidente da CIM, o Dr. Alberto Santos no final da assinatura teve palavras extremamente elogiosas para com a senhora vereadora Dr. Cristina Moreira, porque foi ela a responsável, que agregou tudo, conseguiu “mover montanhas” com todos os outros vereadores dos doze municípios e conseguiu formatar a tempo um documento que permitiu suportar todo este investimento que vai ser aqui feito. Além daqueles que são do PRODER, sujeitos do próprio LEADER e por aí fora. Não temos uma KPMG, nem a Delloitte, nem nada por aí fora. Sei que ficam caríssimas mas também já tivemos alguns suportes a nível de estudos que temos feito da região e que são importantes para nós decidirmos neste momento em que KPMG, a Delloitte e outros estiveram envolvidos. E esta questão que aqui referi, é importante que seja devidamente enaltecida, foi fática e é verdadeira passou-se há uma semana e tal. A Câmara, qualquer um de nós, vê com muito bons olhos a possibilidade de trazermos aqui “n” empresários, estamos abertos, o repto estão feito, a senhora vereadora com certeza que com o Dr. Jorge Neto fará essa ponte no sentido de potenciarmos essa realidade. Agora esperamos e eu espero que possamos tirar daí, para nós concidadãos que sempre gostamos e vivemos em Lousada com amor, com paixão, com dedicação que essa realidade se potencie, independentemente de um estar aqui e outro estar acolá. Temos acima de tudo Lousada e os interesses dos nossos concidadãos. Eu penso que temos muitos bons exemplos, o exemplo do complexo desportivo, como dizia o Nelson, não pode haver dois discursos, permitam-me que diga isso. O complexo para nós é importantíssimo, nós temos uma vertente hoteleira, temos um componente de centro de estágio em que as várias

equipas estrangeiras têm lá ficado. As equipas do sul, nós temos quarenta e oito camas disponíveis, só não fazemos o catering que normalmente é feito por restaurantes aqui da área urbana. Ainda há pouco tempo estava no complexo desportivo e estava uma equipa de Rugby do Benfica, sub-dezoito a jogar e entretanto chegaram duas equipas de basquete também do Benfica que vieram aqui ter para ficar no nosso espaço e foram para os restaurantes. Temos as casas de Turismo Habitação, variadíssimos espanhóis têm ficado nesses espaços. Agora é óbvio que quando temos alguns eventos maiores também ficam nos outros municípios aqui vizinhos, sem com isso querer dizer que questão hoteleira não tenha sido prevista. Nós todos sabemos que o momento é um momento extremamente difícil para o investimento, apesar de termos agarrado um projecto, além de outro que está em evolução francamente boa, no sentido de instalar aqui uma unidade hoteleira. O projecto de arquitectura vai ser aprovado. Não estivemos desatentos temos a percepção exacta disso, agora milagres não fazemos, ninguém faz. Julgo que grosso modo sobre estas questões da estratégia, sobre a visão, sobre os caminhos a seguir, acho que já demos indicadores claros de qual é o sentido, é óbvio os senhores podem discordar, admito que tenham outras posições, temos de os perceber e aceitar. Agora em função daquilo que nos propusemos, desde há anos à frente dos destinos da autarquia, a manter aquela linha de rumo que nos parece adequada e pertinente para como eu dizia há pouco as gerações actuais e futuras não nos peçam contas.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número três do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2011, Orçamento da Despesa, Receita e Plano Plurianual de Investimento, nos termos da alínea b), do nº 2 do art. 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro”-----

----- A proposta número três foi aprovada por trinta e dois votos a favor, dez contra dos seguintes membros: Manuel Campos Neto, Vanda Sofia Bragança, Branca Cecília de Sousa José Manuel Gonçalves, Antonio Filipe Barbosa, Jorge Manuel Neto, José Augusto Barros, Cláudia Patrícia, Joaquim José Bessa, Carlos Manuel Nunes e duas abstenções dos seguintes membros: António Sousa Meireles e João Edgar Avelino, presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida -----

----- SÉTIMO PONTO – Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2011 -----

----- Intervenção da Sr.<sup>a</sup> Branca de Sousa do Grupo Municipal “Lousada

Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Aquando da intervenção do deputado Dr. Jorge Neto, já foi falado largamente do impacto que o recrutamento de pessoal tem no orçamento. Contudo não é de mais e mais uma vez a Coligação “Lousada Viva” chamar atenção para o recrutamento de pessoal e modalidade de contratação de pessoal para o ano de dois mil e onze. Como é do conhecimento de vossas excelências vamos entrar num ano que a nível nacional se procura minimizar os custos e rentabilizar os recursos, isto resultante da racionalização e contenção de despesas a nível nacional. Novamente verificamos que o Mapa de Pessoal ao serviço deste município continua a aumentar consideravelmente. Para o orçamento de dois mil e onze as remunerações com pessoal preenchem vinte e quatro por cento das despesas correntes enquanto no ano de dois mil e dez preencheu vinte e dois por cento. Ora não venham vossas excelências dizer que têm tentado diminuir os custos com o mapa de pessoal, pois isso, não corresponde à realidade. Bem sabemos que no sector da educação são necessárias mais contratações, resultantes das remodelações dos centros escolares, mas isso não pode ser sempre justificação para o aumento do quadro do pessoal. Além de mais convém alertar que não podemos esquecer que o pessoal da educação é pago com o dinheiro do orçamento. Não pensem vossas excelências que nós estamos contra a reestruturação dos serviços de forma a permitir que este município possa fazer frente às necessidades da população. Não concordamos é com a contratação desmedida de pessoal para exercer funções que muitas vezes podiam ser centralizadas em menos funcionários, pois mais uma vez desconhecemos a real necessidade dessas contratações, mas mais uma vez propomos a reestruturação dos serviços existentes, nomeadamente com a especialização dos funcionários, para que estes possam desempenhar funções em mais do que um serviço, e assim, evitar que sempre que surja uma nova necessidade para esse município não se contrate imediatamente mais pessoal. Pois acreditamos que com medidas como esta estaremos a satisfazer as necessidades da população lousadense, através de um aumento da qualidade e competência desses funcionários, uma vez que, serão mais versáteis e mais polivalentes, podendo resolver mais situações sem que a população tenha que andar a saltar de um funcionário para o outro para resolver uma mesma questão. Nós coligação “Lousada Viva” não queremos demitir funcionários ou sugerir que este município não dê resposta às necessidades da população lousadense, apenas pretendemos que este município adopte uma política de contenção e rigor na contratação de pessoal, pois as remunerações desses funcionários têm um peso cada vez mais significativo do que teve no ano do orçamento anterior.» -----

----- Eram uma hora e onze minutos quando se ausentou definitivamente

desta Assembleia o seguinte membro: Vanda Sofia Bragança -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos a bancada do PS não pode deixar em claro o que temos vindo a assistir por parte da coligação “Lousada Viva”. Antes de mais e como suspeitava, e dei tempo suficiente para isso, o senhor Joaquim Bessa não efectivou as insinuações graves que fez nesta Assembleia. Desta forma é muito fácil lançar suspeições em relação ao assunto em causa. Só revela demagogia da sua parte. É notório que existem diferenças de opinião entre elementos das duas bancadas e não haveria problema algum se estas diferenças fossem devidamente fundamentadas mediante factos. A coligação já nos começa a habituar, em qualquer que seja o assunto, exagerar nos números e promover o sensacionalismo mediático. Em relação ao Mapa de Pessoal, a coligação continua a manter o mesmo rol de mentiras. Ouvem-se críticas face à contratação e são lançados para a praça públicos números absurdos, na ordem dos mil funcionários pertencentes à autarquia. Nada mais falso e que necessita de ser desmentido, sempre que seja necessário. Perante isto a bancada socialista não pode ficar impávida e serena, até porque sabemos que a coligação adopta uma metodologia falaciosa, pretendendo que, à falta de argumentos válidos, seja passada a ideia de que, uma mentira dita muitas vezes possa passar a ser verdade. Mas descansem que não permitiremos isso. Vamos a números e números reais. Segundo as informações que temos e que facilmente podem ser verificadas, a autarquia tem a seu cargo setecentos e quarenta e cinco pessoas. E como a coligação Lousada Viva, bem sabe mas não quer dizer, este número tem uma explicação muito óbvia e facilmente compreendida por todos. Mais uma vez relembramos que cento e cinquenta e três funcionários pertencem ao ministério da Educação. Duzentos e setenta pertencem aos jardins-de-infância/AEC’s e escolas do primeiro ciclo e face a estes é feita a respectiva transferência de verbas vinda do estado. Deste modo a autarquia paga directamente a trezentas e vinte e duas pessoas. Portanto uma grande diferença face ao número, esse sim megalómano, referido pela Coligação “Lousada Viva”. É lamentável que a coligação, sabendo de antemão a verdade tente manipular estes factos na opinião publica. Todos sabemos que os contratos para postos de trabalho têm sido referenciados, já existem e ninguém irá ser admitido de novo, todos sabemos a pertinência das funções desempenhadas por estas pessoas. E todos sabemos que os contratos devido a normas legais terão que ser realizadas por tempo indeterminado. Mas a coligação pelos vistos não concorda. Será que querem que essas pessoas sejam despedidas? E, depois temos que ouvir pessoas como o senhor e respeitável Marco António Costa a referir-se que o executivo socialista lousadense é um executivo potenciador da

precariedade. Só pode estar a brincar. Assim, é para terminar, continuaremos sempre que seja necessário a combater a manipulação sectária dos factos por parte deste tipo de oposição que nada traz de novo aos lousadenses.» -----

-----  
----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Como há pouco na intervenção sobre os documentos previsionais já tive o cuidado de referir não vale a pena mascararmos o sol com a peneira. A Câmara com relação de contrato com os funcionários tem no seu quadro trezentos e vinte e dois funcionários. Isto é incontornável. Como qualquer pessoa mediamente habilitada saberá, como foi referido há pouco e tinha-me escapado, aqueles funcionários que resultam das AEC's, do Ministério da Educação, a Câmara recebe o dinheirinho de todos eles mensalmente. A Câmara não tem qualquer despesa com eles, excepto com uma que vai acabar no final deste mês, porque não nos tínhamos apercebido, julgávamos que a lei em Portugal era para cumprir por todos, mas os nossos funcionários, esses trezentos e vinte e dois que temos, todos eles, têm seguro de acidente pessoais. Os funcionários do Ministério da Educação transferidos por via deste protocolo não têm, nem são obrigados a ter, o estado assume por conta própria precisamente essa circunstância. Nós na altura que os recebemos fizemos um seguro, julgamos no final deste mês acabar com isso porque é uma despesa que estávamos a tê-la nós e que não tínhamos obrigação de a ter. Em relação ao nosso quadro de pessoal também é importante dizê-lo, e reitero que em relação a pessoal ouve uma ligeira diminuição dos dispêndios de dinheiro com eles. Como sabem aquilo que está previsto em termos previsionais do próprio quadro, como sabem está objecto das regras que o estado impôs a ele próprio e às próprias autarquias. Há aqui cumprimento de regras que são incontornáveis, podiam estar no quadro previsional dez mil funcionários, não queria alguma vez dizer que eles seriam contratados alguma vez pelas razões que eu aqui estou a expender. É preciso ter a noção exacta disto, falemos com rigor, não adianta nada não sermos rigorosos. Não adiante nada dizer, como aqui se estava a perceber que nós temos uma atitude diferente daquela que estávamos a evidenciar. Nós temos a noção que os funcionários já são polivalentes, a Dr.<sup>a</sup> Branca estava a falar, ela provavelmente não sabe que há muita rotação de funcionários nas várias funções dentro dos departamentos, isto já é velho não de agora. No atendimento estão funcionários com formação em várias áreas e a ideia é essa, é termos o máximo de rotatividade. Aliás digo-lhe que nesta última greve geral a Câmara funcionou normalmente, e sem a Câmara ter feito qualquer abordagem em sentido algum. Os serviços administrativos funcionaram sem problemas, no exterior houve alguns que fizeram, houve um serviço ou outro que esteve menos activo. Nós grosso modo com os nossos

funcionários, quer os administrativos, quer os do exterior nas várias vertentes, têm sido extremamente diligentes e capazes, é óbvio que uns são melhores outros menos bons mas temos conseguido os objectivos que pretendemos. Aquilo que temos previsto no próximo ano não é admitir mais ninguém temos aquelas admissões previstas resultantes do protocolo com o Ministério da Educação, nomeadamente, com a nova escola de Nogueira. Em relação aos centros escolares provavelmente não vamos admitir, vamos afectar o pessoal que já temos. Não há qualquer interesse, nem qualquer abordagem no sentido de estarmos aqui a ir mais além do comedido que nos é exigido por um lado, mas também não descorando aquela realidade que eu repetidamente aqui referencio que é a circunstância da Câmara aqui na região ter mais gente em alguns sectores, nomeadamente no exterior, precisamente fruto das obras por administração directa que nós fazemos. Nós só na área do saneamento e da água temos cinco equipas em permanência no terreno. Isto é visível daquilo que estamos a fazer, estamos a procurar rapidamente se o município, que já na água tem uma performance conforme as metas europeias, provavelmente daqui a mais um ano, ano e meio, teremos nesta área do saneamento essa situação devidamente salvaguardada fruto deste esforço.»-----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2011, conforme estabelece o nº 3 do art.º 5º da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro conjugado com a alínea b), do nº 2 do art. 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro”-----

----- A proposta número quatro foi aprovada por trinta e dois votos a favor e nove contra dos seguintes membros: António Filipe Barbosa, Manuel Gonçalves, Branca Cecília de Sousa, Manuel Campos Neto, Jorge Manuel Neto, José Campos de Barros, Cláudia Patricia Lousada, Joaquim José Bessa e Carlos Manuel Nunes e duas abstenções dos seguintes membros: Antonio de Sousa Meireles, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei e Fausto Manuel Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares.

----- Declaração de Voto do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Votei contra porque é totalmente mentira que a Câmara gaste mais de dez milhões de euros para pagar a trezentos e vinte e dois funcionários que diz ter. Totalmente mentira, a Câmara cinco de Novembro de dois mil e dez, não passam muitos dias, processou vencimentos aos tais setecentos e quarenta cinco funcionários. Setecentos e quarenta e cinco funcionários mais os tais duzentos e quarenta e sete do processo de recrutamento. Continuo a dizer

que votei contra porque a Câmara processou vencimentos a setecentos e quarenta e cinco trabalhadores, tem no seu serviço através empresa municipal Século XXI mais de vinte funcionários paga vencimentos a assessores, adjuntos, secretários, motorista, chefe de gabinete, avençados, prestadores de serviços, façam as contas, dá mais de mil.» -----

----- Eram uma hora e vinte e cinco minutos quando se ausentaram definitivamente desta Assembleia os seguintes membros: Jorge Manuel Neto e Filipa Maria Ventuzelos -----

----- OITAVO PONTO - Contratação de empréstimo a médio/longo Prazo até 1.429.456,39 -----

----- Intervenção da Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Relativamente a este ponto cumpre-nos começar por informar a Assembleia que o nosso sentido de voto será favorável à contratação deste empréstimo. Isto porque o município decorre de uma obrigação judicial e nós assumimos a nossa co-responsabilidade para com o município no cumprimento das suas obrigações. Esta co - responsabilidade não afasta contudo uma leitura que fazemos do motivo desta contratação do empréstimo. Decorre este empréstimo para pagar terrenos para o famigerado Complexo Desportivo, estamos a falar de um empréstimo no valor de um milhão quatrocentos e vinte e nove mil quatrocentos e cinquenta e seis euros. E porquê este valor? Porque a negociação feita com dois proprietários, porventura, não teve o melhor caminho. E a conclusão é esta, a expropriação, dita-nos agora o tribunal, que o valor da expropriação foi mal calculado e que agora temos de pagar aos dois proprietários todo este valor. Mas, é um alerta, que efectivamente, existindo recurso este valor ainda pode vir a agravar-se bastante. Estamos a falar porventura de uma má negociação que pode vir a prejudicar alguns cofres porque estamos a falar de um valor bastante elevado para aquilo que inicialmente todos julgavam ser.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor Carlos Nunes, isto é resolução de dois mil e quatro, uma deliberação da Câmara, “ Em conformidade... deliberou o executivo por unanimidade ...”, os vereadores da oposição votaram por unanimidade a expropriação dos terrenos. Posso dizer-lhe e afiançar que se vai recorrer desta importância. E como sabe isto é um empréstimo que até pode não ser contraído. Desculpem, contraído vai ser por uma questão de prevenção pode é não ser gasto.» -----

----- Intervenção da Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”-

Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Algo que me tinha esquecido referir é que de facto este empréstimo representa uma derrapagem do próprio investimento do Complexo Desportivo em mais de um milhão de euros.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O que esqueci de mencionar é que este empréstimo pode não ser uma derrapagem para o Complexo Desportivo.» -----

----- Eram uma hora e trinta minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: José Manuel Gonçalves -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Em relação à abordagem que foi feita aqui pelo Carlos Nunes. Provavelmente não conhece como se passam estes tipos de abordagem em relação aos processos expropriativos e por isso as suas afirmações carecem de rigor. A Câmara decidiu adquirir terrenos mediante um determinado projectos que foi devidamente discutido e sufragado no sítio próprio. Na Câmara Municipal tivemos a oportunidade de discutir quando o *modus operandi* adequado para resolver o problema. Nós conseguimos uma área muito significativa por administração directa, houve duas circunstâncias que efectivamente não conseguimos resolver. Para lhe dizer o seguinte, neste processo houve um envolvimento, dos autarcas da altura, quer do PS, quer da Coligação, as pessoas tiveram um propósito unívoco, entendiam que era um investimento estratégico importante e de facto decidiram em consonância, ninguém os obrigou a que fosse o contrário. Antes de chegarmos à via que determinou a solução que foi salvaguardada, a Câmara já teria tomado uma primeira decisão, no sentido de adquirir pela via negocial, não foi possível. Chegou-se aquela parte, qual o caminho que vamos seguir, a decisão foi no sentido de ir para aquele instrumento que a lei prevê. Fez-se a proposta por escrito aos proprietários, eles não aceitaram. A Câmara teve a oportunidade de nomear um perito habilitado, fez uma primeira avaliação e depois em consequência disso o processo seguiu a sua tramitação técnico-jurídica nos tribunais respectivos. Nesse contexto, o processo não está nem de longe, nem de perto fechado. Há um conjunto de circunstâncias que provavelmente em termos processuais serão importantes para a decisão final de todo este procedimento, nós estamos a aguardar com serenidade as *démarches* nesse sentido, e como referi, o tribunal em função dessas *démarches* arbitrou em primeira mão um quantitativo que é este, apesar de podermos dizer que uma parte dele já foi depositada na altura própria. Portanto a decisão final vai estar dependente daquilo que a Câmara terá de pagar aos proprietários fruto do processo expropriativo e com essas consequências veremos efectivamente quem terá ou não, e o que é que Câmara terá de pagar neste

contexto. É certo que, por medida cautelar, a Câmara procurou ter a situação salvaguardada, digo-lhe que uma parte substancial, se fosse necessário neste momento, provavelmente a Câmara conseguiria resolvê-la, teria condições para a resolver antes deste empréstimo. Mas nós por uma questão de cautela decidimos abordar com esta serenidade e com esta situação de rigor. Quando diz que indemnização foi mal calculada, não fomos nós que a calculamos, nós recorremos aos peritos do tribunal e eles indicaram-nos o montante. É necessário ter esta noção, e com isto quero dizer mais outra coisa, em relação a um dos expropriados, há muito pouco tempo, já nos deu seis ou sete mil metros quadrados de terreno, naquele espaço. As pessoas não foram tão impertinentes connosco. Nós vamos concerteza em termos daquilo que são os valores que estão auditados e que nós entendemos os correctos, queremos salvaguardar um valor justo para a indemnização que teremos de pagar. Este empréstimo poderá ou não ser utilizado ou ser utilizado só uma parte dele.» -----

----- Eram uma hora e trinta e quatro minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: António Filipe Barbosa -----

----- De seguida foi posta á votação a proposta número cinco do seguinte teor: “ A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a autorização para contrair um empréstimo ao Barclays Bank PLC no valor de € 1.429.456,39 (um milhão quatrocentos e vinte e nove mil quatrocentos e cinquenta e seis euros e trinta e nove cêntimo) para aquisição de terrenos para o “ Complexo Desportivo – 2ª fase”, conforme estabelece a alínea d) do nº 2 e nº 7 do art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o nº6 do art. 38º da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro”-----

----- A proposta número cinco foi aprovada por trinta e oito votos a favor e uma abstenção do seguinte membro: António Meireles, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei -----

----- NONO PONTO: Apresentação das actividades realizadas ao longo do ano pelas comissões de acompanhamento eleitas pela Assembleia Municipal. -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira pela Comissão de Acompanhamento à Construção do Complexo Desportivo de Lousada: «De um modo muito rápido até porque a hora já é adiantada. A primeira reunião foi realizada no dia onze de Outubro de dois mil e dez, fizemos a eleição por unanimidade do presidente o senhor Mário Sérgio e secretário, eu próprio. Discutimos alguns dados a cerca do complexo desportivo e

resolvemos pedir ao professor Eduardo Vilar para estar presente na reunião seguinte para prestar esclarecimentos. A segunda reunião foi no dia oito de Novembro de dois mil e dez tivemos a presença do professor Eduardo Vilar que se mostrou totalmente disponível para responder a todas as questões levantadas por esta comissão. Tratamos de dados acerca da utilização do complexo, protocolos, prazos e financiamentos. As actas estão realizadas quem quiser pode consultá-las nos serviços da Câmara ou comigo.» -----

-----  
----- Intervenção do Sr. Xavier Pires pela Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário de Lustosa: «Foram realizadas duas visitas ao aterro de resíduos domésticos e ao aterro de resíduos industriais não perigosos, este ano. A primeira visita realizou-se no dia três de Maio e a segunda no dia vinte e dois de Novembro, tendo estado presente em ambas, os membros da comissão: Adrião Paulo de Sousa Mendes, Amâncio Augusto dos Santos, Francisco Xavier Teixeira Pires, tendo faltado os membros, Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro e Joaquim José Correia de Bessa, esteve também presente o vereador do ambiente da Câmara Municipal, Dr. Pedro Machado. Nas visitas a comissão foi recebida pelo engenheiro Rui Pires e iniciaram-se numa reunião de sala, onde foi feito o ponto da situação, esclarecidas as dúvidas dos elementos da comissão e apresentadas as perspectivas futuras do aterro. Na segunda fase foi feita uma visita à área do aterro onde foi possível constatar no local o funcionamento do mesmo, de salientar que se prevê que a capacidade do aterro se esgote no ano de dois mil e doze. Nas visitas ao aterro de resíduos industriais não perigosos esta comissão foi recebida pela Dr.<sup>a</sup> Anabela Carvalho, engenheiro Celso Rocha e pelo professor Fonseca Almeida, todos em representação da empresa RIMA, do grupo SUMA, os quais expuseram detalhadamente a forma como funciona o aterro e quais os resíduos que recebe tendo dado nota da legislação que regula os resíduos e os seus riscos, nomeadamente as lamas não estabilizadas, condicionantes regulamentares e técnicos que RIMA afirma cumprir escrupulosamente. Na visita do dia vinte e dois de Novembro esclareceram a comissão que receberam muito recentemente três mil toneladas diárias de cinzas de carvão que resultaram da construção da auto-estrada Douro Litoral e informaram também que o horário do aterro foi alargado passando a funcionar entre as nove e as vinte e quatro horas. A importância do acompanhamento destes equipamentos é reconhecida pelos elementos desta comissão presentes tendo-se agendada a próxima visita a ambos aterros para o próximo semestre de dois mil e onze em dia e hora a designar por nós.» -----

-----  
----- Intervenção da Sr.<sup>a</sup> Cláudia Lousada pela Comissão de Alargada de Protecção de Crianças e Jovens: «A comissão protecção Crianças e Jovens em risco tem por objecto a promoção dos direitos e protecção das crianças

e jovens em perigo por forma a garantir o seu bem estar e desenvolvimento integral. A CPCJ de Lousada tem como suporte legal a lei de protecção de crianças e jovens em perigo, lei cento e quarenta e sete barra noventa e nove de um de Setembro, que insere em si própria uma forma de intervenção de âmbito restrito e outra de âmbito mais amplo e mais alargado. E é nesta comissão alargada que compete desenvolver acções de promoções de direitos e de prevenção das situações de perigo para as crianças e jovens e é nesta comissão que estão integrados quatro deputados desta Assembleia, senhor João Ferro, o professor Joaquim Rocha, Dr. Filipe Barbosa e Cláudia Lousada. Avaliação do primeiro semestre do ano de dois mil e dez permitiu-nos conhecer que a comissão é detentora de cento e oitenta e sete processos activos, estando distribuídos nas seguintes fases processuais: Análise preliminar, sessenta e quatro processos; avaliação diagnóstica, trinta e três; deliberação e contratualização, sete; execução e acompanhamento oitenta e três processos. Nesta avaliação foi-nos possível perceber que o motivo que predomina é a negligência, sendo seguida pelos maus tratos físicos e psicológicos mas esta razão já numa percentagem bastante inferior. A comissão alargada organizou-se em grupos temáticos de trabalho com objectivo de periodizar a sua intervenção na comunidade nas questões relacionadas com a negligência, com os maus tratos, insucesso, absentismo e abandono escolar precoce. Desta forma foram criados grupos de trabalho sobre os seguintes temas: instituições, Educação e Família, cujos objectivos e Actividades passo a apresentar. Grupo das instituições, objectivo, sensibilizar os profissionais das instituições do concelho para combater os maus tratos e abuso das crianças, actividade que desenvolveram foram acções de sensibilização junto dos bombeiros e da GNR para melhorar a sinalização de situações de maus tratos. Grupo da educação, objectivos, informar o corpo docente das escolas, divulgar a CPCJ e a forma de funcionamento, agilizar a articulação com docentes para a sinalização e acompanhamento, divulgar os direitos das crianças e consciencializar as crianças dos seus próprios direitos, actividades desenvolvidas, elaboração de um manual sobre a exposição das crianças e jovens à violência doméstica, sessões informativas, divulgação da CPCJ ao corpo docente das escolas do concelho, comemoração do vigésimo aniversário da convenção dos direitos das crianças. Grupo da família, objectivos, dar a conhecer o papel importante da família na prevenção de situações de crianças em risco, incentivar a partilha entre família, incentivar as escolas a reflectir sobre o tema família, desmistificar o conceito negativo de família de acolhimento, divulgar e sensibilizar a população do trabalho da CPCJ e o conceito de família de acolhimento, actividades desenvolvidas, Missa Campal na Praça das Pocinhas, freguesia de Silvares, exposição e concurso de cartazes realizados pelas escolas sobre o tema família, conferência sobre o tema acolher a família com testemunho

de famílias de acolhimento. Todas as actividades correram bem, umas com maior adesão e sucesso do que outras, mas quero aqui louvar a envolvimento, a disponibilidade e o empenho dos grupos e da comunidade, tais como as instituições parceiras, as Juntas de Freguesia, as Paróquias, as Escolas, os escuteiros, etc. Não podia deixar de fazer aqui um agradecimento público e um elogio à dedicação voluntária de elementos que compõem a comissão restrita que não só lidam com uma componente psicológica e afectiva muito complicada nas suas intervenções. Como efectuam um trabalho administrativo e extremamente burocrático que exige uma grande disponibilidade. A todos o nosso obrigado.» -----

#### ----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Intervenção do Sr. Manuel Bessa Esteves: «Excelentíssimo senhor presidente e membros da Mesa da Assembleia, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, excelentíssimos senhores vereadores, excelentíssimos senhores deputados municipais, caros colegas de trabalho, excelentíssimo público. Na hora de me despedir de vossas excelências em virtude da minha aposentação, quero aqui realçar quando temos a sorte de partilhar oportunidades e vivências com os amigos, os momentos multiplicam-se. A vida é feita de momentos, alguns são apagados e elevados pelas ondas da vida, outros ficam, perduram na nossa memória e fazem de nós o que somos, olhares, vivências, recordações e saudade. Na hora de começar uma nova etapa da minha vida, sinto já o sentimento nostálgico da etapa que agora finda, e por isso, quero mostra-vos nestas simples palavras que vos dou todo o apreço, amizade, dedicação e respeito que sempre senti por todas as pessoas desta casa ao longo de vinte anos de partilha com todos vós. Ao aposentar-me e como a própria palavra indica, sinto que já é Outono na minha existência, mas será sempre Primavera com toda a disponibilidade para vos servir, se precisarem de mim. Termino, agradecendo a todos a amizade e o carinho que me deram ao longo destes anos e nesta hora de partida e vida conseguida o meu muito obrigado pela felicidade nesta cumplicidade autêntica de todos, neste tempo passado em comum e que o tempo se abra em riso de Outono para que a chuva morna escorra no olhar da minha saudade que fica. Obrigado e um bem-haja.» -----

----- Intervenção do Sr. José Ferreira: «O que eu queria referir aqui é o seguinte, estou a falar como lousadense, esqueçam a parte do jornalismo, eu posso falar como lousadense nesta Assembleia. E há uma importância grande para ambas bancadas, uma importância acrescida para Lousada e para os lousadenses. Há necessidade de investimento e de captar provas para esse mesmo investimento. Eu quis ressaltar aqui dois pontos importantes, um já este mês, felizmente pela Ader-Sousa, PRODOR. Vão

abrir e as candidaturas e não são muito prolongadas, estamos a falar de um período de meio ano, onde há Juntas de Freguesias que são contempladas podem ser feitos lá investimentos de empresa ou conjuntos. É importante por parte dos autarcas, por parte de ambas as bancadas tentar sensibilizar, não esperar pelos simples gabinete ou até gabinetes que estão fora procurem as pessoas para investir lá, mas procurar que as freguesias cresçam com esses investimentos. Além disso o próprio MODCOM, não vale a pena termos as ruas e esperarmos que os comerciantes, até com mais formação e outro tipo de actividades que estão a ser desenvolvidas, por si só e por obra e graça do Espírito Santo de um momento para o outro cresçam economicamente. É preciso também apoiá-los, explicar e criar novas lojas, novos produtos e mais interesse económico para este concelho, que o tem, se for bem aproveitado neste curto espaço de tempo. Estes programas são infelizmente muito diminutos para o próximo ano se calhar já não os podemos ter.» -----

-----  
----- Intervenção do Sr. Alberto Barbosa: «Senhor presidente da Assembleia Municipal e da Câmara, muito especialmente o senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, todos os deputados público em geral. Estamos em tempo de Natal, uma época bem ótima para cada um de nós, faça um exame de consciência ao passado, e olhando para o passado no presente construir o futuro. Constatei durante esta noite que afinal todos nós gostamos de Lousada de uma forma ou de outra estamos aqui a defender os interesses da nossa terra. Quando em Agosto de mil novecentos e sessenta e seis, pela primeira vez, vesti as camisolas de Lousada, prometi a mim mesmo dar o máximo em defesa desta minha terra que abracei, já lá vão quarenta e quatro anos, passei por várias vertentes, na cultura e no desporto. E é bom que aqui seja dito que, Lousada em termos culturais tem muitas riquezas, uma das melhores Bandas do país, alguns dos nossos grupos folclóricos melhores do país, temos teatro, enfim. Somos campeões em muitas coisas. Mas não há bela sem senão e muito mais do que criticar é criticar construindo, recordo as areias ásperas do campo da Boavista que tantas vezes criaram mossa nas pernas de muita gente. Quando em mil novecentos e oitenta viajei até França, por razões particulares, pude constatar que numa pequena cidade ou pequena vila de França, três complexos desportivos eram relvados. Eu perguntei, será que em Lousada também vamos ter parques desportivos relvados para que os meus filhos, os meus netos possam ter melhores condições para praticar desporto. Em mil novecentos e oitenta e seis aconteceu o primeiro campeonato concelhio de Futebol, eu repito, mil novecentos e oitenta e seis, e se a memória não me traiçoa quem venceu foi o Caíde de Rei, a minha freguesia ficou no último lugar, Futebol Clube de Nespereira. Estamos em dois mil e dez, estamos noutra século e estive a assistir a alguns encontros, felizmente neste

campeonato de futebol amador. Ir a Nevogilde, ir a Lustosa, ir a Boim, ir à Aveleda, ir a Romariz; ir a Lodaes ver o sacrifício de tanto jovem causa-me alguma repugna. Estou aposentado, servi a minha terra, servi o meu concelho e faço um apelo a todos os lousadenses, a hora é óptima para todos nós meditarmos um pouco. Vamos todos ainda construir uma Lousada melhor que já é um dos concelhos mais belos do país e da Europa. Oposições, Câmara, todos aqui presentes, vamos tornar Lousada melhor em dois mil onze, dois mil e doze, seja quem for que esteja à frente da nossa Câmara. E se for necessário alguma coisa eu estarei disponível. Muito particularmente ao senhor presidente da Câmara, dizer-lhe, obrigado. Ao longo dos últimos vinte e anos algumas vezes cruzei-me com o senhor presidente e nunca me foi negado seja o que for para as iniciativas em que eu de uma forma ou de outra estive envolvido. E agora é um pedido final. Eu gosto muito de Nespereira é terra que amo, gosto muito de Lousada, as festas em Honra de Nossa Senhora das Candeias e são Brás são em Fevereiro e fiquei muito triste, muito sentido quando na última Assembleia de Freguesia ali foi dito que muito dificilmente o alcatrão seria colocado. Ali vai estar uma das melhores Bandas do país, a de Lousada e outras coisas mais, e se algum alcatrão sobrar não se esqueçam da Rua 1º de Maio porque lá também vive gente, é de Lousada.» -----

-----  
----- Faltou à sessão o seguinte membro: -----  
----- Dora Manuela Rocha -----

-----  
----- Passou-se de seguida à discussão e votação da acta minutada que fica apensa a esta acta e que foi aprovada por unanimidade de trinta e nove votos.  
-----

----- Eram duas horas quando foi dada por encerrada a sessão. -----

#### A MESA

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_